

Tecnologia brasileira em cada produto Scopus.
Com muito orgulho.



A Scopus investe há oito anos no desenvolvimento de tecnologia própria, projetando e fabricando equipamentos adequados à realidade brasileira. Com sua experiência de líder no mercado de terminais de vídeo, a Scopus desenvolveu seus microcomputadores, e passou a oferecer as melhores soluções para comunicação e processamento de dados. Hoje, são 20 mil equipamentos Scopus

operando e processando um mundo de informações nas mais diversas empresas do País. Mais do que isso, resolvendo problemas específicos dos usuários. E a Scopus continua atenta às expectativas do mercado, sempre encontrando respostas brasileiras para as necessidades brasileiras.

Belo Horizonte: (031) 201-5883
Brasília: (061) 224-9856
Campinas: (019) 31-6820
Curitiba: (041) 223-4491
Porto Alegre: (051) 21-8743

SCOPUS
tecnologia

Recife: (081) 326-3818
Rio de Janeiro: (021) 262-7188 e 262-7817
Salvador: (071) 233-1566
São José dos Campos: (0123) 22-8247
São Paulo: (011) 255-1033

Print & ARCOMP

**CAMPANHA PELAS DIRETAS:
A CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO**

Aplicações possíveis da assinatura

*Eu quero
votar pra
X Presidente*

*Eu
quero
votar
pra*

*X
Presidente*

*Eu quero votar pra
X Presidente*

Eu quero votar pra X Presidente

BOLETIM   

46

INTERCOM



BOLETIM INTERCOM

Publicação bimestral editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM

Ano VII, nº 46 – janeiro/fevereiro de 1984

Editor: Wilson da Costa Bueno

Redatores:

Anamaria Fadul
José Marques de Melo
João Clodomiro do Carmo
Ismar de Oliveira Soares
Luiz Fernando Santoro
Narciso Júlio Freire Lobo
Sergio Mattos

Colaborações especiais:

Alberto Dines
Ernani Buchman/Eduardo Sganzerla
Murilo César Ramos
Tarso de Castro

Composição/Impressão: BALOUART serviços e artes gráficas Ltda. – F: 240-2219

É permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

INTERCOM

Diretoria (biênio 1983/1985)

Presidente: Anamaria Fadul

Vice-Presidente: Laurindo Leal Filho

Tesoureiro: Luiz Fernando Santoro

Secretário: Carlos Eduardo Lins da Silva

1ª Secretário: Dilma de Melo Silva

2ª Secretário: Lúcia Araújo

Diretor Científico: José Marques de Melo

Diretor Cultural: Maria do Socorro Nóbrega

Diretor Editorial: Wilson da Costa Bueno

Conselho Fiscal: Jerusa Pires Ferreira, José Manuel Morán, José Salvador Faro,

Michel Thiollent, Regina Festa

Endereço: Rua Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 (Edifício ECA/USP),

2ª andar, sala 15 – Cidade Universitária

Endereço para correspondência: Caixa Postal 20793 – 01498 São Paulo, SP, Brasil

SUMÁRIO

ESPECIAL

Campanha pelas Diretas: a conspiração do silêncio – José Marques de Melo	5
Jornalismo: a teoria do espelho – Murilo César Ramos	7
Padrão Global de Deformação da Verdade – Tarso de Castro	9
Marketing das Diretas – Ernani Buchman / Eduardo Sganzerla	11

ENSAIOS

1984: Big Brother e Big Press – Alberto Dines	15
Televisão Educativa – Sergio Mattos	18

EVENTOS

UCBC: Congresso do Recife condena Lei de Segurança Nacional – Ismar de Oliveira Soares	21
Videocomunicação: o resgate das recentes manifestações populares brasileiras – Luiz Fernando Santoro	23

ENTREVISTA

América Latina: Cinema e Fuzil – Anamaria Fadul e Narciso Júlio Freire Lobo	25
---	----

ENSINO

Currículo Mínimo de Comunicação: o soneto e as emendas – José Marques de Melo	37
ABECOM: fundada a Associação Brasileira das Escolas de Comunicação	40
FELAFACS: balanço do primeiro biênio	42

DOCUMENTO

Novo Currículo de Comunicação: texto integral	45
---	----

NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

Ramiro Beltrán recebe o Prêmio McLuhan/83	49
Joaquín Sánchez Reeleito presidente da FELAFACS	49
Marques de Melo conquista Livre Docência na USP	50

ILET transfere para o Chile as atividades de comunicação	51
IPAL edita textos de comunicação popular	51
CIESPAL comemora 25 anos promovendo concurso	52
UCLAP comemora 25 anos realizando congresso	52

NOTICIÁRIO NACIONAL

Crise na Metodista de São Bernardo	55
Professora de Jornalismo demitida no Maranhão	56
UNB: Novo Doutor em Comunicação	57
ECA-USP: Concursos para Livre Docência	57
Encontro de Órgãos Laboratoriais de Jornalismo	57
PUCAMP tem novo diretor na área de Comunicação	58
UNIMEP vai sediar congresso da UCBC	58
UFAL cria assessoria de Relações Públicas	58

NOTICIÁRIO DA INTERCOM

INTERCOM/84 debaterá meios de comunicação no Brasil	59
Edições da INTERCOM: lançamentos	59
Edições no prelo	60
INTERCOM apoia campanha pelas diretas	60
INTERCOM merece destaque da FELAFACS	60
Inventário da pesquisa em comunicação: levantamento concluído	61
Secretário da INTERCOM reassume suas funções	61
Tesouraria: pagamento da anuidade de 1984	61

NOTICIÁRIO DOS SÓCIOS

Ligia Averbuck: uma grande ausência	62
-------------------------------------	----

ENCARTES

Bibliografia Corrente de Comunicação — nº 42	
Coordenação: Maria Christina de Silva Souza	
Suplemento Bibliográfico: Novos Títulos em Comunicação (Inglês/ Francês)	
Compilação: Tereza Lucia Halliday	

ESPECIAL

CAMPANHA PELAS DIRETAS: A CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO

José Marques de Melo

A campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, lançada por uma frente pluripartidária integrada por todos os setores de oposição, e que vem empolgando a população brasileira, encontra um obstáculo significativo (mas não intransponível) — o silêncio das emissoras de televisão que possuem penetração nacional, lideradas pela Rede Globo.

O momento de rutura do silêncio total ocorreu quando da realização do maior ato cívico do país dos últimos anos — o Comício da Praça da Sé, em São Paulo, que reuniu mais de 300 mil pessoas. A Rede Globo de Televisão, em vistas das pressões que convergiam para o centro de poder instalado no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, foi obrigada a quebrar o seu mutismo e colocou no ar, na edição do "Jornal Nacional" daquele dia um flash sobre o Comício de São Paulo.

Este episódio demonstra mais uma vez a capacidade de manipulação que possuem as redes nacionais de radiodifusão, especialmente a TV Globo, possuidora do virtual monopólio da informação jornalística no horário nobre. As variáveis que demarcam a questão são interessantes e merecem análise por parte dos estudiosos dos meios de comunicação.

Vamos alinhar algumas das mais expressivas:

1) Enquanto a Campanha pelas Eleições Diretas, lançada em Curitiba e posteriormente desencadeada em todo o país, através de comícios nas principais capitais e cidades, merecia silêncio completo, as articulações de bastidores que ocorrem em Brasília e alhures para o lançamento do candidato do partido do governo para o pleito indireto, a ser homologado pelo Colégio Eleitoral, encontravam amplo e movimentado espaço nas edições noticiosas. As andanças e os conchavos de Maluf, Andreazza e Aureliano obtinham cobertura total, enquanto as demonstrações populares de Curitiba, São Paulo, Olinda, Fortaleza, Maceió, etc. sequer conseguiam registro.

2) O flash sobre o Comício de São Paulo, no dia 25 de janeiro, foi decidido em clima de grande tensão, pelo próprio presidente da Rede Globo. Incidente marcante, que determinou a liberação do acontecimento, foi a mobilização dos próprios jornalistas da emissora, desencantados e revoltados com a inobservância do princípio elementar da objetividade noticiosa que procura ser implementado por qualquer veículo jornalístico não partidário. Pressão igual emergiu dos próprios artistas vinculados contratualmente à emissora — cantores, atores, locutores — que aderiram pessoalmente à campanha pelas diretas e compareceram ao Comício de São Paulo e aos de

outras cidades brasileiras, numa demonstração saudável da sua independência política frente ao padrão (padrão) Global.

3) Para neutralizar a insensibilidade da TV Globo diante da avalanche popular pelas eleições diretas foi necessário que o presidente do maior partido de oposição — o PMDB — Deputado Ulisses Guimarães procurasse pessoalmente o Sr. Roberto Marinho, intermediado pela atriz Fernanda Montenegro, para tranquilizá-lo sobre o caráter pacífico, ordeiro e patriótico da campanha lançada pelas oposições. Essa nuance revela o super-poder enfeixado pelo Sr. Roberto Marinho, atuando quase como ministro da informação num país cuja maioria da população toma conhecimento dos fatos cotidianos através das notícias difundidas pelas emissoras de televisão que integram sua rede nacional.

Se o silêncio da TV Globo e das demais redes de televisão prossegue, mesmo depois da acorrida do povo às praças públicas, convocados pelas lideranças oposicionistas, o mesmo não acontece com os veículos impressos. As três principais revistas semanais de informação geral — *Veja, Isto é, Senhor* — passaram a divulgar amplamente a campanha pelas diretas, dedicando ao Comício de São Paulo reportagens completas e fartamente ilustradas. Nas edições em que o Comício da Sé foi matéria de capa, as três revistas privilegiaram as fotografias, numa tentativa de evidenciar a significação da maré humana que veio à praça pública, enfrentando a chuva e os boatos de intranquilidade que estimularam muitos outros a permanecer em casa.

Prova cabal de que o silêncio das principais emissoras de televisão não conseguiu neutralizar o interesse popular pelo grande acontecimento político foi a audiência obtida pela TV Cultura de São Paulo (a única a fazer a cobertura direta do Comício) no momento em que ocorria a manifestação. Possuidora, geralmente, de uma pequena faixa da audiência paulista, a TV Cultura liderou naquele período a sintonização dos televisores, conforme pesquisa efetuada por empresa do ramo, o que comprova a motivação pela tese das eleições diretas junto à grande maioria da população que permaneceu em casa.

Depois do Comício da Sé observa-se uma mudança de comportamento noticioso em quase todos os meios de comunicação impressos e em alguns eletrônicos. A campanha pelas diretas obtém cada dia maior espaço e maior atenção. O papel de liderança ocupado pela *Folha de São Paulo* suscita adesões em outros jornais, revistas e emissoras de rádio, em várias cidades brasileiras.

A conclusão preliminar que emerge desse episódio é o atrelamento dos nossos meios de comunicação ao centro de poder político incrustado no Palácio do Planalto em Brasília. O silêncio ou o tratamento evasivo dado à Campanha pelas Diretas reflete o temor das represálias que paira pelas empresas de comunicação, quando não significa o empenho dos dirigentes daquelas empresas em ratificar e consolidar a escolha biônica do futuro

Presidente da República, mantendo assim o atual estado de coisas que tem beneficiado tantos comerciantes da informação.

A necessidade de uma revisão radical na legislação e na política nacional de comunicação, tantas vezes defendida pela INTERCOM e outras legítimas associações profissionais, ratifica-se agora no momento em que os cidadãos brasileiros se empenham nas praças públicas para conquistar o direito de escolher o seu principal mandatário e os monopólios estabelecidos da indústria cultural procuram reverter as expectativas nacionais, usando as armas do silêncio, da distorção e da manipulação ostensiva.

.....

Transcrevemos a seguir algumas matérias sobre a "conspiração do silêncio" publicadas pela *Folha de São Paulo*, jornal que vem liderando a Campanha das Diretas, como uma contribuição aos nossos leitores para a compreensão integral dos fatos e seus personagens.

JORNALISMO: A TEORIA DO ESPELHO

Murilo César Ramos

Para os ideólogos da imprensa liberal, ela funciona como uma espécie de espelho, onde se refletem as imagens da sociedade. E, graças à objetividade que caracterizaria o trabalho da imprensa, as imagens são as mais nítidas e as menos distorcidas possíveis. "A imprensa é o espelho da sociedade!" seria, então, o mote que sintetizaria essa visão do papel social dos meios noticiosos de comunicação.

Mas uma rápida olhada no "espelho" da grande imprensa brasileira, no último dia 13, teria posto em xeque quase irremediável a teoria do espelho. Vejamos: no dia 12 de janeiro realizou-se em Curitiba o lançamento da campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República, com um comício que reuniu, segundo cálculos oficiais, cerca de 50 mil pessoas na tradicional rua das Flores, no centro da capital paranaense. Um número muito expressivo, notadamente em se tratando do primeiro evento da campanha destinada a mobilizar a sociedade brasileira em torno dessa reivindicação que é da maioria do povo: eleger o próximo presidente da República.

Assim, dos 5 grandes "espelhos" da sociedade brasileira, apenas esta "Folha" foi capaz de refletir com a nitidez esperada o magnífico evento ocorrido em Curitiba, dando em manchete: "Em Curitiba, 50 mil pedem diretas." A matéria da primeira página veio acompanhada de foto do centro de Curitiba inteiramente tomado pela multidão pró-diretas. Para o Jornal do Brasil e o Globo, o comício não mereceu sequer registro na primeira página, um absurdo dado o tremendo valor do acontecimento como fato jornalístico. O que teria acontecido com os editores dos prestigiosos jornais?

Da mesma forma, o comício de Curitiba foi totalmente ignorado pela Rede Globo de Televisão, em seus noticiários nacionais do dia 12: o Jornal Nacional e o Jornal da Globo. Diante do grande poder de que está investida aquela rede de televisão, graças ao virtual monopólio que detém da comunicação eletrônica no Brasil, não é necessário dizer mais nada. Como afirmam, com cinismo e amargura, os mais conscientes: se não deu na Globo, é porque não aconteceu. Não importa a dimensão e a importância do acontecido.

Porém, talvez nada desmistifique melhor a teoria do espelho do que o tratamento dado ao comício pelo outro órgão paulista, o conspícuo O Estado de S. Paulo. O jornal da tradicional família Mesquita, conhecida por suas lutas em prol da liberdade de imprensa, não deixou de registrar em sua primeira página o lançamento da campanha pró-diretas em Curitiba. A notícia ocupou um pequeno espaço, à esquerda da página — diagramação discreta —, sob o título: "Acaba em show comício no Paraná." Não é preciso ser semiólogo para interpretar tal título. Mas, como se não bastasse o descaço da manchete, o prestigioso jornal produziu uma chamada que merece ser reproduzida na íntegra, como exemplo de imagem claramente distorcida: "Num clima de show, com a participação de artistas (grifo nosso), governadores e líderes oposicionistas, o primeiro comício da campanha nacional pelas eleições diretas para presidente da República reuniu ontem, segundo a Polícia Militar, mais de 40 mil pessoas no centro de Curitiba. Ulisses Guimarães anunciou que a última manifestação será em abril, em Brasília." Dá até vontade de perguntar: afinal, de qual liberal mesmo era a máscara que caiu?

Registre-se, pois, sem cabotinismo, neste espaço, a dignidade com que está se conduzindo a "Folha de S. Paulo" entre os grandes jornais brasileiros, no caso das eleições diretas. É claro que não se pode julgar toda a imprensa brasileira pelos exemplos acima citados, nem é a "Folha" o único veículo a se ocupar dignamente da matéria. Não obstante, consideramos necessário este registro crítico, tomando como base esses 5 expoentes da grande imprensa, da imprensa que se diz a mais lédima representante do pensamento liberal brasileiro.

São exemplos como esse que nos levam a refletir sobre o papel social da imprensa, sobre as formas com as quais ela constrói a realidade, distorcendo-a através da ideologia, tudo isso sob a máscara da objetividade e da isenção que marcariam o jornalismo liberal (a "Folha" seria a exceção que confirma a regra). É durante esses momentos críticos, de acirramento político a nível nacional, que torna-se mais do que imperioso refletir sobre nossas instituições, em particular sobre a imprensa, que se julga a guardiã das demais.

Há que se ter liberdade de imprensa, mas liberdade para que? Apenas para que alguns poucos "eleitos", privilegiados proprietários de empresas jornalísticas burlem a vontade nacional, escondendo do povo brasileiro a verdadeira realidade? Se a sociedade, se o povo cobra do governo e suas

instituições responsabilidades públicas, deve cobrá-las também de particulares que exercem em seu nome um serviço público, como é o caso da imprensa. Um jornal, uma emissora de televisão não são propriedades apenas dos seus donos, pois sua responsabilidade maior deve estar com o público que os mantêm.

Mas, enquanto essa realidade não se modifica, nos resta o recurso da crítica, da denúncia, além do direito de imaginar os proprietários de tais veículos jornalísticos diante de seus espelhos, fazendo a inevitável pergunta: "Espelho, espelho meu, há alguém no mundo mais antidemocrata do que eu?"

MURILO CÉSAR RAMOS é jornalista, professor do Departamento de Comunicação de Brasília e doutor pela Escola de Jornalismo da Universidade de Missouri-Columbia (EUA). Folha de São Paulo (17/1/84).

PADRÃO GLOBAL DE DEFORMAÇÃO DA VERDADE

Tarso de Castro

★ Tive a bondade de esperar a saída das três revistas nacionais (isto sem contar com o catálogo de tintas das gráficas Bloch, a "Manchete"), que vêm a ser "Veja", "Isto É" e "Senhor" para só agora observar o seguinte: com que autoridade, a partir de agora, a TV Globo e o jornal "O Globo" poderão afirmar, em qualquer momento, que são órgãos jornalísticos, informativos. É bom salientar que todas as três revistas se comportaram como veículos nacionais e que tratam seus leitores com respeito. Assim, "Senhor" dedicou ao comício realizado em São Paulo (o maior dos últimos 20 famigerados anos) 15 páginas, "Veja", 10 (e mais a entrevista do nosso belo Osmar Santos, nas páginas amarelas) e "Isto É" tratou muito bem do assunto em oito páginas coloridas. Em comum, todos fizeram a coisa mais normal do mundo: jogaram a matéria na capa, mesmo por se tratar da coisa mais importante que tivemos em muito tempo neste País.

★ Bem, e o que a organização do doutor Roberto Marinho fez? A direção mandou que se prendesse as manifestações populares em favor das diretas. No jornal "O Globo", cuja credibilidade já estava próxima do zero, a ordem foi acolhida sem resistências. Na TV Globo os jornalistas tentaram reagir, ameaçaram greve. Relata "Isto É", "esse silêncio (da TV Globo) levou o presidente do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, a visitar o presidente da poderosa emissora, Roberto Marinho, com quem jantou e conversou longamente na noite de terça-feira. (...) O presidente do PMDB estava em condições de garantir a Marinho que o clima nos comícios era mais tranquilo do que no departamento de jornalismo da Globo, onde imperava "uma desgraçada sensação de culpa", segundo um veterano redator, e se acumula-

vam telefonemas de telespectadores indignados com o boicote. Tudo somado rompeu-se o encanto e, na noite de quarta-feira, o "Jornal Nacional" pela primeira vez exibiu para todo Brasil imagens de uma manifestação pública em favor das diretas. foi um segmento curto, camuflado e empobrecido dentro de um quadro que englobava todos os atos de comemoração do 430º aniversário da cidade de São Paulo e mereceu, durante sua edição, a atenção direta do próprio Roberto Marinho."

★ Muito bem. O que significa isto? Ora, simplesmente a deformação da verdade, ou seja, o uso claro da mentira. Para começo de conversa, por que é que um presidente de partido tem que ir ao dono de uma empresa jornalística para tentar fazer com que este dê uma notícia que interesse a todo o País? Por uma razão simples: porque o dono da empresa é dono só de sua verdade própria, e, portanto, seus órgãos jornalísticos refletem a mentira. Depois, outra coisa: quando Roberto Marinho comandou diretamente a edição o fez num evidente ato que favorece a deturpação dos fatos. Ou seja usando um canal de TV que é concessão do governo tratou de trair a informação, incorrendo assim num crime contra a população em sua totalidade.

★ A coisa não ficaria apenas na televisão. O jornal "O Globo" "foi automaticamente incluído entre os órgãos que deveriam sabotar o comício. Aí foi mais fácil. É que a cúpula da redação do jornal, dominada pelo pessoal do partidão, (PCB) tem uma dívida com Roberto Marinho: eles puderam usar "O Globo" à vontade durante a campanha de Miro Teixeira. Foi o órgão oficial da campanha. Assim, agora o dono da empresa exigiu o retorno. E isto lhe foi dado, com lucros: no dia seguinte ao comício simplesmente o fato não foi registrado na primeira página. Pelo contrário: a manchete falava da campanha de Andreazza, envolvendo uma ou duas dezenas de pessoas. Omitia-se, em favor das dezenas, as movimentações de mais de 400 mil que protestavam contra o sistema sob chuva e sob o boicote da Globo.

★ De qualquer maneira, o sucesso do comício, em cujo fracasso tanto confiava Roberto Marinho (que fez garantias sonoras aos donos do poder, garantindo que sem a cobertura de sua televisão a coisa não funcionaria), resultou num inferno dentro das organizações globais. É que, além dos protestos, caracterizou-se a má intenção e a mentira premeditada. Com a publicação de três capas das revistas fortes do País inteiramente dedicadas ao assunto a coisa piorou ainda mais: por que dar atenção a um noticiário como o "Jornal Nacional" que peca pela omissão? E por que ler um jornal como "O Globo", que simplesmente nega o fato? Em meio a tudo isto, ressurgiu com mais força aquela velha história corrente há muitos e muitos anos no Rio:

— Você pode ler "O Globo" se tiver um outro jornal à mão para ver se as notícias dele são verdade.

Geralmente não são.

★ Outra coisa interessante, com relação aos acontecimentos da semana passada está no "Jornal do Brasil" de domingo: "Há alguns dias, bem-humorado e paciente, o arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, explicava ao secretário de Justiça, José Carlos Dias, porque não iria ao comício pró-diretas na praça da Sé.

— Será um fracasso. E a Igreja não se mete em fracassos.

Ou seja, a Igreja volta a mostrar sua antiga face, não é mesmo? Ou o desprezo pela minoria em luta (referência ao "fracasso") não é melhor forma de discriminação que se conhece? Ah, sim, já sei que os protestos virão logo.

Folha de São Paulo (30/1/84)

MARKETING DAS DIRETAS

Entrevista de Ernani Buchman a Eduardo Sganzerla

A campanha pelas eleições diretas para a presidência da República, em termos de estratégia de divulgação, trouxe um novo elemento à cena política do Brasil moderno: a assessoria de marketing especializada, um desdobramento, na verdade, do que foi esboçado nas campanhas pelos governos estaduais, em 1982. Prática comum na Europa e Estados Unidos em tempos de batalha por voto ou não, as linhas básicas da divulgação da campanha pró diretas foram criadas em Curitiba por um grupo de publicitários e artistas formado por Ernani Buchman, o poeta Paulo Leminski, Antonio de Freitas, Sergio Mercer e Bira Menezes, reunidos na agência Exclam, a pedido do diretório nacional do PMDB. Outro dado novo é que, pelo trabalho, não foi cobrado nada.

Hoje, a frase "eu quero votar pra presidente", nome de frevo, estampada em camisetas, muros, bandeiras e cartazes em cores verde-amarelo, criada pelo grupo, tornou-se um slogan nacional. Nada mais fácil do que "bolar" esta campanha, diz satisfeito Ernani Buchman, porque as eleições diretas são "o melhor produto para se vender atualmente no Brasil". A sua convicção é de que "a crise de confiança chegou a tal ponto que o povo só tem uma opção: defender-se a maneira que for possível, até que conquistemos as diretas".

Buchman, em entrevista exclusiva à "Folha", fala como essa estratégia de divulgação foi desenvolvida e quais podem ser os seus resultados políticos.

"Folha" — Como vocês entraram nesta campanha pelas eleições diretas?

Buchman — A coisa não começou agora. É preciso entender que a Exclam participou da campanha política de 82, assessorando a todos os candidatos dos partidos de oposição que nos procuraram. A agência também fez parte do comitê de propaganda do PMDB paranaense. E, antes disso, indivi-

dualmente, todos nós já tínhamos participação política. Quer dizer, uma coisa acabou sendo consequência da outra.

"Folha" — Por que a Exclam, uma agência paranaense, foi escolhida para criar a estratégia de divulgação da campanha? Por que não uma agência de São Paulo ou Rio que, a rigor, teriam mais "know how"?

Buchman — Eu duvido que no Brasil alguém tenha mais "know how" de campanha política do que a Exclam. E o conhecimento que a gente tem vai desde o planejamento da campanha até como puxar candidatos em dia de eleição. Além disso, a Exclam é hoje uma agência muito identificada com as bandeiras levantadas pelo PMDB e partidos de oposição. No caso específico da campanha pró-diretas, o que houve foi que o diretório nacional do PMDB nos pediu para dar unidade visual aos apelos que seriam utilizados em favor do restabelecimento do voto popular. Que o povo quer votar para presidente nós já sabíamos. O problema era fazer com que todo mundo, ou a maioria, usasse os mesmos apelos para que a coisa não fosse dispersada.

"Folha" — Mesmo assim, no comércio da Praça da Sé, houve muita coisa diferente dos apelos sugeridos por vocês.

Buchman — É natural que isto aconteça. Uma campanha que hoje atinge mais de 90% do povo brasileiro não pode ser amordaçada. Todo mundo quer criar seus próprios apelos. O mérito do PMDB foi dar unidade geral e um tom profissional à coisa. O objetivo foi atingido, tanto que a capa da revista "Veja" desta semana traz o logotipo criado pela Exclam.

"Folha" — Até as eleições passadas o envolvimento de agências de publicidade em campanhas políticas não era muito comum. Certo?

Buchman — Sempre houve uma participação, esparsa, mas houve. A verdade é que as agências de propaganda jamais quiseram se comprometer, apoiando a oposição. Não era pra menos, o País vivia uma época de repressão total e ninguém queria arriscar sua empresa numa aventura política. Com a abertura, a coisa mudou, tanto que hoje a participação das agências de propaganda nas campanhas já está sendo considerada uma coisa normal, corriqueira.

"Folha" — Tão corriqueira como levar 300 mil pessoas à praça?

Buchman — Não sei qual é o conceito de corriqueiro do ministro Ibraim Abi Ackel, da Justiça, mas, seja qual for, não pode incluir nele as 300 mil pessoas reunidas no comércio da praça da Sé.

"Folha" — Antes de 1982 é que ocorria essa participação esparsa a que você se referiu?

Buchman — Era uma participação pessoal; cada uma fazia o que podia pelos candidatos em que acreditava. Além disso, houve a campanha da anistia, na verdade, um dos dois grandes momentos democráticos da década de 70.

"Folha" — Qual foi o outro?

Buchman — As eleições de 74. Com a campanha da anistia, houve uma associação de esforços e os publicitários deram ali uma grande contribuição. O primeiro anúncio de jornal a favor da anistia levou a assinatura de dezenas de publicitários de todo o Brasil. Era ainda um negócio meio clandestino, uma coisa perigosa de se fazer. Lembro que consegui em Curitiba só seis assinaturas, entre elas do poeta Paulo Leminski, na época redator de propaganda, e do diretor de arte Bira Menezes, que depois acabou se transformando num diretor de arte quase especializado em campanhas políticas. É dele a programação visual da campanha do PMDB nas eleições de 82 no Paraná, o logotipo do governo estadual e a campanha das diretas, entre outras. Aliás, ainda este ano o Bira deve organizar uma exposição só de cartazes criados por ele ao longo destes anos.

"Folha" — A idéia do frevo das diretas surgiu como?

Buchman — Nós achávamos que deveria haver uma música que fosse o hino da campanha. Alguma coisa para ser cantada nos comércios, divulgada por altos-falantes e que acabasse sendo tocada até no Carnaval. Era só escolher a quem o trabalho ficaria a cargo. Como Moraes Moreira é artista que tem feito frevos maravilhosos e é parceiro de Paulo Leminski, a gente pediu para os dois. Em uma semana, a música estava pronta.

"Folha" — Eles ganharam alguma coisa?

Buchman — Nada. É importante deixar isso bem claro, senão o Abi Ackel é capaz de dizer que eles foram contratados. Ninguém ganhou nada nesta campanha. Nem a Exclam, nem os compositores e nem os artistas. Ninguém cobra para trabalhar naquilo em que acredita.

"Folha" — Do ponto de vista de divulgação, a campanha termina com os comércios ou tem outros desdobramentos?

Buchman — Agora vai começar a parte mais importante que é conscientizar os congressistas. Eles precisam saber que a opinião pública exige as diretas. As entidades civis organizadas vão assinar anúncios convocando as pessoas a escreverem para o Congresso Nacional e exigindo dos deputados e senadores do seu Estado o direito de votar para presidente. Vamos estabelecer desde já que quem votar contra a emenda Dante de Oliveira estará votando contra a vontade popular. E a vontade popular é implacável; em 1986, ela devolve com juros e correção monetária essa traição.

"Folha" — A Exclam está apostando todo o seu cacife, no sucesso desta campanha?

Buchman — Não, absolutamente. A Exclam não é uma empresa que vive só de campanhas políticas. Acho até que o sucesso que ela tem tido deve-se ao fato de que cada diretor é responsável por uma área específica. O dire-

tor-presidente, Hiram de Sousa, coordena todo o atendimento à área privada, que é responsável por 75% de nosso faturamento. A campanha pelas diretas é um trabalho que estamos fazendo porque acreditamos neles, mas a agência pode sobreviver sem sustos mesmo que a emenda não passe no Congresso. A Exclam tem dado bons resultados a seus clientes e este é o ponto importante. Além do mais, desde que ela foi criada as eleições têm sido indiretas, e nem por isso deixou de crescer.

"Folha" — O que é mais importante no Brasil hoje, o fim da recessão ou as eleições diretas?

Buchman — Não há nada no Brasil que seja mais importante hoje do que as diretas. Nenhuma medida pode dar resultados se não for avalizada por uma eleição legítima. Não adianta insistir, o País exige uma nova ordem. Sem eleições diretas, tudo o que for feito nos próximos anos vai esbarrar na falta de legitimidade. E o povo não suporta mais este tipo de coisas. Sem as diretas, o Brasil vai continuar convivendo com a falta de esperança. E sem esperança não há receso que tenha fim.

Folha de São Paulo (5/2/84)

ENSAIOS

1984: BIG BROTHER E BIG PRESS

Alberto Dines

"Eu compreendo como; só não entendo por que". Assim Winston Smith, o personagem principal de "1984", responde ao interrogador O'Brien, do Ministério da Verdade. A perplexidade de Winston relacionava-se com o funcionamento do poderoso sistema de manipulação controlando a vida em Oceania, sob a égide do Grande Irmão. "Mas ele existe mesmo?", pergunta o ex-contestador, agora reduzido a um monte de dúvidas. "Claro que existe." Winston: "Mas existe do mesmo jeito que eu existo?". O'Brien: "Você não existe".

Big Brother, de Orwell, é a personificação do Estado Totalitário na mesma acepção em que Mussolini, aparentemente pela primeira vez (na Enciclopédia Italiana de 1932), autodesignou-se como "totalitário". Ainda que todos os comentaristas identifiquem o ditador orwelliano com Stalin, ele é, na realidade, um caudilho muito no estilo de Mussolini que vive a fantasia do Estado Perfeito, onde é o único herói, capaz de incríveis façanhas, adorado pelas massas e temido pelos adversários. Mas como o Grande Irmão jamais se materializa ao longo da trama, pode ser que seja uma das muitas metáforas engendradas por Orwel para simbolizar o sistema despersonalizador e burocrático imperante em Oceania.

O Grande Irmão de "1984" pode ser também a Grande Mentira, a Manipulação das Palavras, o Emasculador dos Significados. A toda ditadura corresponde um processo de adulteração de linguagem com o objetivo de justificá-la. O terror adota um sistema de signos destinado a camuflá-lo, capaz de torná-lo assimilável e que, freqüentemente, sobrevive à sua extinção. O conjunto de mistificações da era stalinista mantém-se até hoje e não se pode legar que seja típico do comunismo porque o regime sob Lenin nem de longe se assemelhava ao do sucessor. Na Argentina o terror foi deposto mas a extirpação da mentira só começará a ocorrer quando a justiça iniciar efetivamente a revisão do que aconteceu sob o regime militar tanto no campo da guerrilha como da repressão. A imprensa portenha, cúmplice da impostura — porque a censura jamais prospera onde não existe vocação para ser censurado — também terá que passar por um processo de revisão que, aliás, foi deslanchado no exato instante em que começou a pipocar a nova safra de publicações cheias de viço, descomprometidas com a omissão.

Temos em nosso cenário político, pelo menos, um par de candidatos a Big Brother, caudilhos em potencial, acalentando a fantasia messiânica de resgatar as massas. Mas o perigo não está neles — consiste na Grande Fraude

que continua implantada, quase incólume, subvertendo valores, palavras e eventos.

Nossa imprensa, apesar de ter sido a veiculadora da pressão da sociedade civil pela restituição das franquias democráticas hoje, de uma maneira geral, continua comprometida com o jogo do poder, produzindo eventos falsos onde nada ocorreu, ignorando acontecimentos relevantes para torná-los in-existent — exatamente como O'Brien com Winston Smith.

Legitimada pelos louros que ainda ostenta da campanha pela abertura política, nossa imprensa voluntariamente desempenha um papel bem menos digno do que aquele do período da ditadura, justamente porque hoje não está sendo intimada a fazê-lo. Não se trata aqui de ecoar o costumeiro des-espero do governador Brizola que, quando vê escancaradas pela imprensa as deficiências de sua administração, arma-se de paus e pedras para punir os denunciadores. Trata-se, sim, de vocalizar os debates que nos últimos meses toma conta dos meios especializados, seja nas universidades como associações de classe.

Jornal sensível, esta "Folha" publicou na última quarta-feira pelo menos três comentários em diferentes áreas sobre a atual performance da imprensa — e não deu-se conta de que é parte deste processo. Esta imagem de marasmo que a imprensa projeta de um País à beira do abismo não pode ser atribuída a um prematuro cafard de verão. É uma forma premeditada de desativar e desmobilizar uma sociedade triturada por uma série de crises concêntricas (a começar pela economia e acabando na de identidade) que deseja tomar em suas mãos as decisões sobre seu destino.

É inútil colocar em clave baixa o fascinante rol de ocorrências que nos chegam da Argentina pretendendo estabelecer diferenças entre nós e eles. O leitor de jornais e revistas — cerca de 20 milhões de indivíduos multiplicadores de opinião — já percebeu que o que é bom para nossos vizinhos deve ser bom para nós. Há um clamor embutido em cada cidadão informado em favor, não apenas de pleito direto, mas de um renascimento nacional, semelhante ao argentino. Esta exigência, no entanto, é filtrada sutil e tenazmente, chegando às páginas impressas, na melhor das hipóteses, apenas no tocante à escolha do futuro presidente o que só irá ocorrer dentro de 1 ano. A sede da justiça provocada pela crescente corrupção foi habilmente reorientada e eis que os réus passaram a ser os marajás das estatais — alguns poucos, como Heitor de Aquino, vivendo realmente em fantásticas sinecuras — enquanto a gatunagem campeia solta nas mais altas rodas da República.

E para que a constatação sobre a falência da nossa imprensa em vocalizar com fidelidade os anseios nacionais por mudanças imediatas não seja feita à base de impressões e sensação, convém examinar evidências recentes:

★ O que aconteceu com os três assuntos que resultaram nos últimos prêmios Esso de Jornalismo, a saber: o caso Baumgarten, os escândalos do BNH e a apuração das últimas eleições do Rio pela Proconsult? Com exceção de algumas sequelas da Capemi, no episódio Baumgarten, o resto jaz

enterrado. É evidente que ao governo não interessa que continuem sendo investigados. Mas desde quando uma imprensa sadia e realmente independente deve curvar-se obedientemente à vontade imperial?

★ Em que ficou o atentado ao Estadão? Depois de 15 dias de libações promocionais, o assunto sumiu do próprio jornal-vítima. Num acesso de irresponsabilidade, nossos jornais apresentaram o primeiro proprietário do carro-bomba como possível implicado, fazendo com que o sogro do indigitado morresse de desgosto e, até hoje, nem a acusação foi retirada, muito menos outras pistas oferecidas.

★ Por que levou tanto tempo para que se iniciasse um processo legal contra o ex-governador Maluf relativo a desvio de dinheiros públicos? Simplesmente porque há mais de dois meses a Imprensa Oficial de São Paulo procura os jornais locais para dar cobertura às conclusões de um inquérito interno sobre malversação de fundos em benefício da campanha eleitoral do ex-governador e estes jornais tergiversam. E num incrível cinismo tentam converter o denunciador em denunciado. Primeiro começaram a discutir as mudanças gráficas operadas no Diário Oficial de São Paulo e, depois, quando o "escândalo" não pegou, passaram a denunciar um seminário realizado pela Imprensa Oficial para os funcionários de primeiro escalão num hotel de repouso. Como se estes fatos, irrelevantes, fossem mais importantes do que uma acusação concreta e comprovada contra um candidato à sucessão que, se realmente incriminado, torna-se inelegível para a chefia da Nação. Maluf está hoje realmente enrascado: o homem que não deixa impressões digitais, afinal, trabalhou sem luvas. Mas isso já se sabia há dois meses. Os dois grandes jornais paulistas é que não quiseram tomar conhecimento. Por idiosincrasias, vá lá.

★ Enquanto os jornais discutem e tomam partido no caso do procurador Jefferson, que seria culpado pela morte do trombadinha Joilson, ninguém se lembra de que a psicose da violência e a histeria da justiça-pelas-próprias-mãos foi deflagrada pela própria imprensa. A orquestração para apresentar São Paulo como cidade entregue aos bandidos, muito bem urdida e executada por jornais que antes jamais publicavam casos de polícia em sua primeira página, é a responsável pela morte do menor — qualquer que tenha sido o agente que a tenha executado.

★ E o caso do apoio de Geisel às pretensões de Maluf? Um repórter político de um matutino carioca (na ausência do titular da coluna) contou pormenorizadamente um fim-de-semana, tête-à-tête, entre o aspirante à Presidência e o ex-presidente. A notícia tão descabida fez com que Geisel abandonasse sua habitual linha de discrição, convocando uma entrevista coletiva para desmentir categoricamente as informações veiculadas. Por esta "Folha" ficamos sabendo que o repórter em questão não presenciou nenhum dos encontros do tal fim-de-semana, mas obteve as informações de seu diretor, privilegiado morador de Teresópolis. E, como se sabe, o jornal em questão

ostenta gloriosamente o título de ser o único que não aceita as eleições diretas. Prefere as indiretas, já que tem dois bons clientes com os mesmos interesses. Big Brother lembra nome de roqueiro mas não é. Big Brother é um gigantesco e solerte movimento de defraudação. De tudo — do nosso apetite por mudanças, de nossa disposição de luta, da nossa capacidade de fazer justiça, de nosso discernimento para escolher — de bons autores a bons presidentes. Big Brother é um coronelismo informativo (expressão empregada pelo prof. José Marques de Mello em sua tese de livre-docência aprovada com distinção há dias na USP). Big Brother é a alma danada de um regime que já morreu e não sabe, por isso, continua penando nos desvãos do poder em busca de privilégios.

Em "1984", de Orwell, Big Brother tinha mãos limpas, não matava. Neste 1984 que para nós começa, há um Big Brother estropiando nossas vontades e percepções. Como funciona, percebe-se. Por que tem tanto êxito, continua incompreensível.

Folha de São Paulo, (18/12/84)

TELEVISÃO EDUCATIVA

Sérgio Mattos

A utilização de tecnologias eletrônicas com fins educacionais tem sido debatida com uma certa insistência nos últimos anos. Em Salvador, este tema tem sido reacendido devido às expectativas geradas em torno da implantação da televisão pelo instituto de Radiofusão Educativa da Bahia, órgão vinculado à Secretaria da Educação e Cultura do Estado.

Raras não têm sido as vezes em que somos solicitados a esclarecer as funções da TVE, a falar sobre a utilização, potencial e benefícios. Diga-se também que temos constatado, com certa frequência, até mesmo entre professores, dúvidas sobre o uso de tecnologias eletrônicas (computadores e videocassetes) e sobre a implantação da TVE. De acordo com os céticos, as novas tecnologias poderiam trazer resultados negativos à formação do aluno, bem como vir a substituir o professor.

Na verdade, a resistência às mudanças é histórica. Na Idade Média, por exemplo, os professores temiam que o livro pudesse lhes tomar o lugar. Hoje, teme-se que o videocassete e o computador possam fazer o mesmo, gerando o desemprego e/ou limitando o mercado de trabalho. Diante de tal constatação, só podemos dizer que, na época em que os meios de comunicação de massa têm acelerado o processo da comunicação, não se pode admitir discussões sobre se a Televisão Educativa, juntamente com o videocassete e o computador viriam ou não a ser utilizados para apoiar ou substituir o professor. É evidente que as novas tecnologias nunca o substituirão. No entanto, é evidente também que seu potencial pode ser utilizado com o apoio e/ou reforço ao melhor desempenho docente.

Para aqueles que duvidam da eficácia da Televisão Educativa ou do papel que ela pode vir a exercer nos campos da educação formal e não formal, vale lembrar o que Wilbur Schramm escreveu sobre o tema: "Não há dúvida de que crianças e adultos aprendem da TV da mesma forma que de outras experiências relevantes para eles. A eficácia da TV foi demonstrada em mais de 100 (cem) experimentos e centenas de comparações em quase todo o mundo, em países desenvolvidos ou não, em todos os níveis de escolaridade e nas mais variadas áreas de ensino".

Na Bahia, para dar alguns exemplos, a Televisão Educativa poderá participar, com intensidade, do processo de informação e difusão cultural, estimulando e preservando os nossos valores regionais. Poderá ainda ser utilizada como centro produtor de programas instrucionais relativos tanto à educação formal quanto à não formal.

Nas regiões do estado onde o sinal da TVE não for recebido, a SEC, com o apoio das Superintendências Regionais de Educação e Cultura, poderá se utilizar de videocassetes e, com os programas produzidos e gravados pela sua emissora, levar aos rincões mais distantes e carentes da Bahia, os benefícios de uma tecnologia que, na verdade, dá nova dimensão à educação, aumentando e diversificando as oportunidades educacionais. Assim, as transmissões tipicamente educativas poderão ser captadas diretamente ou reproduzidas nas escolas, cooperativas e associações, da capital ou interior, através dos tão conhecidos grupos de recepção dirigida.

Vale lembrar que a utilização de programas instrucionais, através de videocassetes, pode vir a ser um excelente apoio ao trabalho docente. Isto se deve ao fato de que o videocassete permite que um programa possa ser revisto, interrompido, analisado nos mínimos detalhes, através de recursos variados. Com a orientação do professor/instrutor isto pode servir para conduzir o grupo à situação de aprendizagem desejada.

Em síntese, o potencial que uma emissora de Televisão Educativa pode oferecer a um estado ou país, é incalculável. Entretanto, vale ressaltar que a eficácia da TVE ou da exploração de todo o seu potencial, seja como transmissor direto de mensagens educativas ou como produtor de programas a serem utilizados em videocassetes, vai depender do trabalho integrado a ser executado pelas equipes de produção: professores, pedagogos, produtores de TV e os responsáveis pela produção dos materiais impressos a serem utilizados concomitantemente.

Para termos uma garantia de que o potencial de uma Televisão Educativa possa vir a ser devidamente aproveitado deveremos criar as condições necessárias à essa produção integrada, o que pressupõe o estabelecimento dos mecanismos necessários a uma avaliação constante que poderá garantir a produção de programas específicos para determinado público-alvo. Assegurará também a compatibilidade do conteúdo com as necessidades da clientela a ser atingida, a identificação da linguagem correta e do nível que o programa deve ter a fim de atingir os objetivos desejados. Devemos também ter

em mente que só a produção e transmissão de programas não são suficientes. Devemos sempre procurar avaliar o produzido a fim de corrigirmos os defeitos da forma e do conteúdo para que se encontre a condição ideal, na qual o meio eletrônico possa ser utilizado corretamente. Isto porque apenas o uso da tecnologia não implica na obtenção de bons resultados.

Se considerarmos a extensão territorial de nosso estado, levando em conta que a audiência potencial de televisão na Bahia é estimada em mais de três milhões e meio de pessoas, e que o sinal de TV já cobre mais de 250 dos 366 de nossos municípios; se considerarmos, ainda, o efeito multiplicador oferecido pela televisão, que reúne em si mesma quase todos os outros meios instrucionais, podemos concluir dizendo que a implantação da Televisão Educativa nos possibilitará utilizar mais uma tecnologia eletrônica em benefício da educação. Em síntese, a implantação da TVE nos permitirá ampliar os instrumentos educacionais à disposição do Estado da Bahia.

EVENTOS

UCBC: CONGRESSO DO RECIFE CONDENA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Ismar de Oliveira Soares

Encerrou-se, em Recife, no dia 15 de novembro de 1983, mais um Congresso da UCBC. Com a participação de Dom Hélder Câmara e de D. José Maria Pires, mais de 85 intelectuais e mil e cem inscritos, provenientes de 18 Estados da Federação, reuniram-se no Colégio Salesiano para refletir sobre o momento político vivido pela Comunicação em nosso país e na América Latina.

O tema central foi "Comunicação, Segurança, Sociedade". Pelo tema e pelos expositores convidados (Marcio Thomaz Bastos, OAB-SP; Waldemar Rossi, oposição metalúrgica de São Paulo; Audálio Dantas, FENAJ; Herbert de Souza, IBASE/RJ; Manoel da Conceição, operário de Recife; representantes do jornal "Favelão", RJ; Otto Guerra, da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz; Inês Garcia de Chu, do CELADEC; Isabel Urioste, da TV Educativa da Bolívia; Hilmar Kannenberg, da WACC de Londres; Rivaldo Chinem, de "O São Paulo"; Marco e Marcia Piva, jornalistas brasileiros com experiências na Nicarágua, entre outros), alguém poderia pensar que a iniciativa deveria caber a algum sindicato, partido político ou associação de classe.

Pois bem, a promotora foi uma entidade que reúne um grupo significativo de cristãos preocupados com a pastoral da comunicação, jornalistas, pesquisadores, estudantes das Faculdades de Comunicação, sacerdotes e agentes de pastorais.

A UCBC aprendeu, ao longo de seus 14 anos de vida, que o único caminho possível para a pastoral da comunicação é o diálogo com a sociedade civil e o engajamento nas lutas que estão envolvendo os cristãos do continente. Agir de forma diferente seria condenar-se ao monólogo e à aridez.

As posições abertas da UCBC explicam a adesão permanente da juventude às suas iniciativas. E todos sabemos que esta juventude nem sempre aceita tranquilamente as mensagens das Igrejas Cristãs.

Os Congressos Brasileiros de Comunicação Social mais valem, na verdade, pelo que conseguem mobilizar de pessoas, principalmente jovens, entre os quais muitos seminaristas católicos e futuros pastores de várias confissões cristãs, do que pelas conclusões de seus encontros. Segundo Herbert de Souza, do IBASE/RJ, a UCBC tem, hoje, maior capacidade de mobilização que muitas organizações políticas. É justamente esta capacidade de aglutinar pessoas e avançar idéias que a UCBC oferece aos agentes de pastorais, aos bispos, sacerdotes, pastores, grupos de base e estudantes, ao iniciar-

-se a fase preparatória do XIII Congresso, a ser realizado em Piracicaba, de 31 de outubro a 03 de novembro de 1984.

O que se avançou em Recife

O fato mais auspicioso do Congresso de Recife foi a adesão do Regional NE II da CNBB e do CECOSNE, das Irmãs Dorotéias, que lideram um grupo de alunos da Universidade Federal e Católica de Recife, à iniciativa dos comunicadores cristãos. Um segundo fato importante foi o ecumenismo. A assembléia Geral da UCBC acolheu os primeiros sócios batistas. Hoje, a União é composta por católicos, anglicanos, luteranos, presbiterianos e batistas. O terceiro dado relevante: a influência decisiva da juventude, especialmente estudantes de Comunicação. É através deles que será possível uma maior aproximação entre as Igrejas e o mundo da Comunicação Social. Como quarto ponto, lembramos que o número de pessoas vinculadas a órgãos de comunicação das Igrejas aumentou neste encontro. Devemos registrar, também, a presença de organismos que desenvolvem atividades na área da comunicação, como a Anistia Internacional, o CIME, a CPT, a INTERCOM, a ABEPEC, o Movimento Negro Unificado, entre outros.

Deve-se destacar, finalmente, que este Congresso, quebrando uma tradição que não permitia que se produzisse documentos, aprovou um importante pronunciamento sobre a posição da UCBC frente à Doutrina de Segurança Nacional, com veemente condenação ao novo texto da LSN encaminhado pelo Planalto ao Congresso Nacional.

Em Piracicaba a UCBC espera reunir bispos e agentes pastorais

O XIII Congresso da UCBC debaterá "Comunicação, Igreja e Estado na América Latina". O tema, ao mesmo tempo em que dá seqüência aos debates anteriores ("Comunicação e Educação Popular", SBC, 1980; "Comunicação, Juventude e Participação", Florianópolis, 1982; "Comunicação e Direitos Humanos", São Paulo, 1982; "Comunicação, Segurança, Sociedade", Recife, 1983), abre caminho para que as próprias Igrejas cristãs se motivem para unir-se aos debates promovidos pela UCBC, uma vez que uma pastoral ecumênica é o único caminho viável para a Pastoral da Comunicação.

Buscando esta integração, a Comissão Organizadora, composta pela Diretoria da UCBC e por uma equipe da Universidade Metodista de Piracicaba, entidade co-patrocinadora do evento, bem como aos organismos que debatem o mesmo tema em todos os países da América Latina, principalmente às lideranças que fazem ou pesquisam a comunicação popular.

E para democratizar ainda mais a participação no próximo Congresso, a UCBC está aceitando sugestões no sentido de aperfeiçoar a organização do encontro. As sugestões devem ser enviadas para a Diretoria da UCBC à Rua do Sacramento, 230, cep. 09720, São Bernardo do Campo, SP.

VIDEOCOMUNICAÇÃO: O RESGATE DAS RECENTES MANIFESTAÇÕES POPULARES BRASILEIRAS

Luiz Fernando Santoro

Um novo elemento tem tido presença constante nas grandes manifestações populares nos últimos meses: o vídeo. Já é bastante comum encontrar grupos com equipamentos domésticos (câmeras e videocassetes portáteis, formato VHS, em sua maioria) com a preocupação de documentar atividades que são consideradas de modo superficial, ou eventual, pelas emissoras de televisão, que por sua própria estrutura desenvolvem um telejornalismo fragmentado e sem qualquer interesse no aspecto memória. As matérias vão para o "ar" e, com poucas exceções, pequena parte do material fica no arquivo de imagens da emissora. Além disso, esse material é já filtrado de acordo com a linha política da empresa de comunicação, dando normalmente uma pálida imagem dos acontecimentos, em especial no que diz respeito aos interesses populares.

Inúmeros grupos sensibilizaram-se para a necessidade de desenvolver projetos de documentação e intervenção junto a grupos populares, à procura de um conteúdo sistematicamente ausente dos meios de comunicação de massa. Essa febre aumentou consideravelmente quando a indústria nacional colocou no mercado aparelhos de videocassete, respaldados por ampla campanha comercial, como um primeiro passo para tornar o novo mídia um pouco mais conhecido.

Encontros como a I CONCLAT (Congresso das Classes Trabalhadoras, em São Bernardo do Campo), o acampamento dos desempregados de São Paulo, a greve geral de julho de 83, as manifestações de rua e o recente comício suprapartidário pelas eleições diretas, na Praça da Sé (SP) em janeiro de 84, possuem hoje imagens guardadas e trabalhadas de maneira totalmente livres de ingerência de quaisquer órgãos controladores. Imagens que nunca foram alvo de interesse das emissoras de TV de massa, ou quando muito, tratadas como qualquer outra notícia, sob o prisma das classes dirigentes. Apesar de serem ainda poucos os grupos populares que possuem equipamento de vídeo próprio, os documentos conhecidos apresentam, em geral, uma nítida preocupação em apresentar os acontecimentos do ponto de vista das classes trabalhadoras, numa evidência de que o vídeo pode ser mais um elemento a seu serviço. São pessoas, grupos e instituições que colocam seu equipamento a disposição dos interesses populares, encon-

trando assim uma forma de atuar politicamente, privilegiando o vídeo, com suas vantagens no que tange à imediatividade, baixo custo de produção, agilidade e facilidade operacional, como meio de expressão.

As experiências são ainda fragmentadas, as reflexões são ainda insipientes, e a fase atual parece ser a da descoberta das possibilidades do equipamento. Poucos são os grupos com projetos que vão além do imediato, ou mesmo que possuem "Know-how" para trabalhar as imagens de modo a apresentá-las em forma de programas elaborados. Em sua maioria, o material está em estado "bruto", mas mesmo assim começam a circular por um circuito de exibição marginal aos meios de comunicação de massa: em sindicatos, centros culturais, escolas e universidades, associações de bairro, etc., sempre dentro de uma perspectiva de não esgotar o programa com a simples exibição, mas articulando-o com debates e atividades posteriores com o grupo de audiência. A possibilidade de desenvolver-se uma documentação que atenda a interesses específicos, a particularidades no processo de exibição (a qualquer hora e em qualquer lugar), com amplas facilidades na obtenção de cópias ou reexibições, oferecem ao vídeo uma perspectiva, junto às lutas populares, bastante promissora. O que nos faz acreditar num trabalho conseqüente com o vídeo é que tal trabalho não existe apenas em função da nova tecnologia, mas sim ligado aos próprios movimentos sociais que dão aos grupos de vídeo uma razão para existir, oferecendo-lhes um espaço para que seus elementos atuem politicamente em suas áreas de conhecimento.

AMÉRICA LATINA: CINEMA E FUZIL

Anamaria Fadul e Narciso Júlio Freire Lobo

Peter Schulman, alemão, é uma espécie de "americanist" do cinema, preocupado com o que ele chama de "cinema latinoamericano". Ele tem vários trabalhos de pesquisa sobre o cinema das Américas do Sul e Central. Um papo de uma hora entre Anamaria Fadul e Peter.

Muito interessante porque Anamaria acabava de participar, pela segunda vez, do Festival do Novo Cinema Latinoamericano em Cuba e na conversa surge uma retrospectiva do cinema feito em diferentes pontos de uma América Latina unida pela língua — o espanhol como a principal — e as maneiras, às vezes parecidas entre si, às vezes não, de cada povo injetar características próprias naquilo que faz.

Peter, autor de dicionário, história, publicados em alemão, também realizou documentário sobre o "novo cinema latinoamericano" (NCLA). Como não poderia deixar de ser, ele enfrenta a briga com cineastas do Brasil, que contestam o rótulo "cinema latinoamericano". Para a visão de fora, de quem apenas estuda aquela realidade, talvez haja a necessidade de generalização do objeto de pesquisa, embora na realidade se trate de um "objeto" bastante múltiplo de convergências/divergências históricas.

Fica, pois, a problematização que deixa a entrevista: existe um cinema brasileiro? E boliviano? Peruano? Venezuelano? Salvadorenho? Nicaraguense? O aceitar ou não aceitar a denominação de cinema latinoamericano, mas boliviano, brasileiro etc., traz que implicações para a produção fílmica e para o clima da criação?

A sinceridade, o interesse (de Peter), não sugere o "americanist" caçador de borboletas (apesar de ser inegável a importância destes), a visão estereotipada do pesquisador que vem dos chamados países centrais. Ele mais parece um militante quando fala dos filmes pela América Latina. Saibam todos, por exemplo, que o cinema e o vídeo vêm sendo largamente usados nas frentes de luta das forças salvadorenhas, nicaraguenses, enfim, estão todos muito convencidos da importância tática da utilização de outras formas de expressão, que não estejam apenas no domínio da palavra. A entrevista dá conta disso.

Estão todos lembrados ainda que foi após ser mostrado pela televisão americana cenas documentais da guerra do Vietnã que o povo norte-americano se colocou frontalmente contra o engajamento do seu país naquela "guerra suja". O Brasil, por seu lado, tem a maior indústria cinematográfica do

bloco, mas ao mesmo tempo não domina seu mercado. Apesar de produzir perto de cem filmes por ano, o intrincado complexo distribuição-exibição faz com que filmes estrangeiros de baixa qualidade predominem na preferência do público. O movimento não se dá apenas no território do comercial e do não-comercial.

Assim como estão filmando e gravando vídeos nas frentes de batalha (vide a importante produção salvadorenha nos 3 últimos anos), também no Brasil toma pé uma produção marginal que vai do super-8 (enfrentando sua maior crise) ao vídeo, passando pelo 16mm.

Aurélio Michiles, aproveitando as condições locais favoráveis ao vídeo, elaborou dois importantes documentários sobre a nação saterá-maué, do Amazonas, um povo, segundo o mito, que nasceu do guaraná e ao mesmo tempo deu origem ao guaraná — sim, esse guaraná açucarado que virou refrigerante — e agora luta para preservar seu território invadido. Em São Bernardo do Campo, o Núcleo de Memória Popular do ABC produziu, sob a direção de Luiz Fernando Santoro, o documentário sobre a CUT.

Até mesmo nas TVs comerciais começa um processo novo, interessante. Fruto até mesmo de uma crise. A TV Gazeta, por exemplo, uma estação deficitária (pelo menos em termos de público) deu origem a alugueis, como o da Abril Vídeo e, principalmente, o programa "23ª Hora", aos sábados, que representa, em muitos momentos, a ruptura com a TV convencional, hegemônica.

Bianchi, este ano, apresentou seu excelente documentário sobre a morte do líder indígena Cretã, filme que remete à reflexão sobre a própria construção dele, sem deixar de ser uma forte denúncia. Lendo, então, a conversa com Peter, fica mais próxima de nós a outra América, a "Nuestra América". O colonizador conseguiu, mesmo, nos separar. Nós, no Brasil, ainda entendemos um pouquinho o espanhol, mas, quem disse que um argentino ou um boliviano entendem uma palavra apenas em português? O papo fica mais fácil em francês ou inglês. Aí já é outro aspecto.

O certo é que a comunicação é como aquele cartaz que apresenta um fuzil ao lado de uma câmera: uma arma que, da mesma forma que o fuzil, possibilita o ataque e a defesa. Fuzil e câmera emparelhados. Felizmente acabou-se a inocência dos tempos da neutralidade do jornalismo. Cada um tem possibilidade de interferir a seu modo ou trabalhar para o imobilismo.

Esta parece ser uma visão positiva para o espírito de "latinoamericanidade": vê-la no seu conjunto.

P — Como começou seu interesse pelo cinema latinoamericano?

R — Esta é uma longa história, mas que pode ser contada a partir de dois fatos. No ano de 1964 vi alguns filmes brasileiros no Festival de Cinema de Berlim, como Os Fuzis, Vidas Secas, Selva Trágica, Deus e o Diabo na Terra do Sol, estas grandes obras-primas. Percebi que não havia nada escrito sobre o cinema brasileiro em nosso País. No mesmo ano encontrei alguns artigos, entrevistas em revistas francesas e também conheci Nelson Pereira dos

Santos, com quem pude conversar muito sobre o Cinema Brasileiro. Posteriormente, apareceram na Alemanha dois artigos sobre o cinema brasileiro, escrito por dois alemães que viveram no Brasil. Tratei então de encontrar um dos autores que morava perto de minha cidade. Conversamos e ele me contou muito mais do Brasil, da literatura e do cinema. Com o material da França, as informações e os filmes que vi, escrevi em 1965 o primeiro ensaio cinematográfico sobre o Cinema Novo, para uma revista de Cinema de grande difusão chamada *Cine*. Alguns meses mais tarde o diretor do Festival de Berlim, me chamou para perguntar se queria organizar para ele uma primeira mostra de cinema brasileiro na Alemanha, mais exatamente do Cinema Novo. Gostei muito, porque foi a possibilidade de me dedicar mais ao assunto e montar o programa. O Itamaraty acabou por incluir filmes mais comerciais, fora do Cinema Novo, que não queríamos muito, mas no final foi um programa bastante interessante. Durante o Festival de Cannes pude conhecer e conversar com Glauber Rocha. Era o ano de 1977, de Terra em Transe, que me impressionou muito. Com um amigo fizemos um roteiro dos diálogos, com a explicação dos planos, e reconstruímos o roteiro, plano a plano. Assim apareceu o primeiro roteiro de um filme latinoamericano. Nas discussões com Glauber surgiu a idéia de fazer um filme documental sobre o Cinema Novo. Falei com o redator de uma revista de cinema que estava sendo criada e onde havia espaço livre para experiências. Sua resposta: bom, quantos filmes, quantas partes de uma série quer fazer? Seis — disse eu. Ele respondeu: quatro. Fizemos um plano de trabalho e depois fomos tratar do financiamento para ir ao Brasil filmar. Meus primeiros documentários foram feitos em 68, sem conhecer de perto uma câmara ou ter outras experiências cinematográficas. Era uma tarefa muito difícil, mas ao mesmo tempo muito rica. Acredito que o resultado, para quem não estudou cinema, era bastante aceitável. São quatro documentários: na primeira parte se apresenta a história cinematográfica no Brasil desde suas origens até *Porto das Caixas*; na segunda parte analisei seis filmes distintos, onde mostramos somente as seqüências dos filmes mais importantes, para analisar a poética, a ideologia e a arte com intenção política. A terceira parte tratava das dificuldades vividas naquela época. Começa, por exemplo, com um futebol entre a equipe do cinema novo e uma equipe do Itamaraty. São situações metafóricas da realidade. Fizemos mesas-redondas, discussões entre os realizadores mais conhecidos do Rio e de São Paulo, e se descreveram as dificuldades econômicas e políticas da censura. A última parte falava das perspectivas dos novos filmes dos jovens realizadores do ano 68 e dos filmes desse ano como *Vida Provisória*, *Cara a Cara*, de Bressane e muitos outros. Assim começou a minha relação com o Cinema da América Latina.

P — Até agora você só falou do cinema brasileiro. Com relação ao NCLA, em geral, como se deu concretamente seu envolvimento?

R — Bem, esse foi também o momento em que apareceram em nossos Festivais filmes de outros realizadores latinoamericanos como Jorge Sanjinés,

Miguel Lettin etc. Para tornar esse cinema mais conhecido, falei com o Segundo Canal (da televisão alemã) sobre a realização de alguns documentários sobre o cinema da América Latina. No Festival de Berlim, em 1969, propus a realização de uma semana sobre o cinema jovem latinoamericano. Com esse objetivo preparei uma viagem pela América Latina para pesquisar, ver e selecionar filmes para a Semana e preparar as filmagens para 1970. Esse era o ano do II Festival de Viña del Mar, o segundo festival do Cinema Latino Americano (1969), uma possibilidade única para me informar. Um evento muito estimulante. Foi assim que preparei as filmagens de 70 e fiz um documentário sobre filme de ficção independente na América Latina, um pouco da história dos diferentes países da América Latina (México, Argentina, Chile, Brasil etc.). Ao mesmo tempo fizemos um documentário de meia hora sobre os filmes "underground", mais especificamente da Colômbia e Venezuela. Mais tarde foram feitos na Alemanha, retrospectivas mais completas. Além daquelas realizadas nos vários Festivais, a TV fez talvez a maior retrospectiva do Cinema Latino Americano.

P — Seu livro sobre história do cinema latinoamericano parece ser uma das únicas obras existentes sobre esse tema. O que o levou a escrevê-la?

R — A história cinematográfica da América Latina sempre me preocupou. Mas nos primeiros anos foi muito difícil conseguir informações, pois as poucas existentes eram muito incompletas, e nos dicionários de cinema, a nível mundial, não existia praticamente nada. Assim, pesquisei, colecionei livros, falei com pessoas que tinham visto filmes clássicos mudos e sonoros, em diferentes países, porque esse processo havia realmente me interessado muito. No ano de 1966, acredito, me perguntaram se não poderia escrever alguns artigos para um novo dicionário de cinema na Alemanha, incluindo a história do cinema em distintos países. Com esse objetivo, colecionei muito material, aproveitando agora os vários artigos sobre história do cinema que finalmente apareceram nas revistas cinematográficas latinoamericanas. Tinha, portanto, muito material em minhas mãos e tratei de escrever uma primeira história cinematográfica. Mas as distintas fontes, suas orientações, ao mesmo tempo, suas qualidades historiográficas me fizeram sentir a falta de informações concretas, como escrever os títulos, os nomes etc. Cada livro tinha suas datas e suas formas de escrever os nomes. É claro que não podia viajar pela América Latina e me encerrar nos arquivos para realizar as pesquisas. Este é um trabalho para os latinoamericanos. Finalmente terminei a pesquisa, que não se enquadrava na linha dos redatores desse dicionário, porque me disseram: sobre México faz dez páginas, sobre o Brasil duas, sobre os outros países meia página. Minha resposta: assim não se pode trabalhar; vou escrever 17 páginas sobre o México e 20 sobre o Brasil etc. Escrevi, mas depois eles resolveram cortar pela metade e no final ficaram os títulos e algumas reflexões minhas. Um fracasso total. Mas no ano passado preparamos uma retrospectiva muito grande do cinema latinoamericano para o II Festival Sobre as Culturas Mundiais. O evento contou com teatro, música, litera-

tura, artes plásticas etc. Dirigi a parte cinematográfica e selecionei filmes nos arquivos, na televisão, em nosso próprio arquivo e também recebemos filmes da América Latina. Tentei fazer uma retrospectiva balanceada, isto é, a primeira retrospectiva bastante completa, sistemática e representativa, desde os anos 60 até hoje e com uma parte muito grande sobre cinema latinoamericano, num total de quase 100 filmes. Para mim, essa retrospectiva tão sistemática era a possibilidade de fazer uma documentação maior. Me encerrei em casa por oito semanas para reescrever a história da cinematografia latinoamericana, tendo, portanto, o conhecimento de dez anos mais, experiências, pesquisas, um arquivo maior que antes. Ao mesmo tempo, com a colaboração de outro amigo fiz uma documentação sobre os filmes, um dicionário dos realizadores e catálogo dos filmes latinoamericanos desta mostra na Alemanha. No final, lamentavelmente, faltava uma bibliografia, um índice etc., mas não tivemos tempo para incluir tudo isto. Meu último trabalho é o *Manual do Cinema Latino Americano* em alemão, que estamos traduzindo para o espanhol, porque existe uma editora na Argentina que quer publicar a parte histórica e já existem trechos publicados em português.

P — Seu relacionamento com a América Latina se inicia com suas pesquisas sobre o cinema desse continente. É ainda através desse meio de comunicação que atualmente se dá sua aproximação com a cultura latinoamericana?

R — Nos primeiros anos me concentrei totalmente em cinema porque era a época do boom do cinema latinoamericano e, depois, a partir de minha primeira visita a Cuba, em 1974, me interessei mais pelos processos culturais e fiz muitos programas pela rádio sobre a situação cultural em Cuba, por exemplo, a transformação cultural do Chile durante o regime militar, assim como na Argentina e no Uruguai; sobre a literatura brasileira, sobre a literatura nicaraguense e também sobre o processo cultural depois da vitória da Revolução na Nicarágua. Essas são as últimas coisas que fiz para o rádio, programas de uma hora. Fiz também um programa de duas horas sobre o teatro latinoamericano. Atualmente, trabalho na Sociedade Liebnitz, uma entidade de intercâmbio cultural, que realiza exposições de arte latinoamericana na Alemanha.

P — É possível chegar a uma definição do NCLA?

R — Tenho tido problemas e os latinoamericanos também, em definir o que é o NCLA. Sempre defendi esse conceito de um Novo Cinema Latino Americano. Lamentavelmente e de forma muito especial, aqui no Brasil, existe uma tendência de destruir esse conceito, ou melhor, de não aceitá-lo como verdade. Muitos brasileiros preferem falar mais de um cinema boliviano, cubano, mexicano e, além disso, brasileiro. Este é um nacionalismo distinto na América Latina, mas acredito que existem interesses, estruturas e intenções comuns, ao mesmo tempo que diferenças culturais e políticas entre os muitos países latinoamericanos. A diferença entre México e Argentina ou Venezuela e Bolívia é tão grande quanto a diferença entre os países ibero-americanos e o Brasil. Mas, a grande diferença é aquela histórica entre o

Brasil e o resto da América Latina, uma vez que inclui a diferença cultural. Entretanto, os interesses fundamentais, cinematográficos, políticos, culturais, em perspectiva, são os mesmos. Assim, não vejo nenhuma necessidade dos brasileiros não aceitarem esta concepção do NCLA. Por que? Porque nos primeiros anos da difusão desse cinema era importante encontrar um nome, como a "Nouvelle Vague", o novo cinema alemão, o cinema livre da Inglaterra, o neo-realismo italiano etc. Todas essas ondas têm tido um nome, porque era muito mais fácil incluir neste conceito, neste título, muitas coisas, para defendê-lo e promovê-lo. Porque quem quer ver um filme boliviano, uruguaio, ou colombiano? É muito mais fácil fazer uma semana latino-americana de cinema que uma Semana de Cinema Boliviano, porque o cinema boliviano existiu em três filmes. Para a promoção do NCLA, esta concepção global era muito importante. Acredito que até hoje é importante. É claro que a produção brasileira, de 80 a 100 filmes por ano, é mais ou menos a mesma quantidade do que fazem os outros países juntos, do México até a Argentina. Compreendo, mas não aceito. Os interesses políticos são muito claros. O NCLA é um cinema autêntico, no sentido de lutar para a mudança da situação sócio-política em vários países e por isso me parece importante esta concepção. Além disso existe uma diferença entre o cinema comercial, as porno-chanchadas e estas porcarias que se fazem em todos os países, especialmente Brasil, México, Argentina e, em certo ponto, na Colômbia. É um cinema de mau gosto, sem nenhum interesse social, com uma realização cinematográfica muito ruim, um cinema de imitação norte-americana. Este não é o novo e nem o autêntico cinema latinoamericano. É claro que um filme comercial, uma porno-chanchada pode expressar e refletir, à sua maneira, certos elementos sociais autênticos, sem constituir, entretanto, em um cinema autêntico. É a perspectiva, a posição política, e os elementos estéticos de um filme que constituem sua autenticidade.

P — Como você vê o atual desenvolvimento do NCLA?

R — Apesar de não ser pessimista, vejo um desenvolvimento cinematográfico na América Latina que não me agrada, que está mais ou menos na mesma linha do cinema brasileiro. A única diferença é que os brasileiros não se preocupam muito com o resto do continente. Esta é outra questão. Mas o que falta em todo o NCLA e, hoje, até mesmo no Brasil, é esta busca de expressar-se de uma maneira distinta, de uma maneira não tão quadrada, não tão regular, de tocar temas de um interesse político mais concreto, que parece representar uma concepção política em toda a América Latina. Este é um grande problema, depois do desaparecimento do movimento vanguardista revolucionário em todo o continente, com o fracasso das revoluções e rebeldias nos distintos países, que além de eliminar uma visão política, introduziram uma visão muito pessimista. É claro que as dificuldades existentes neste momento, especialmente nos últimos três ou quatro anos, nos distintos países da América Latina são dificuldades muito grandes e existenciais. A influência capitalista dos EUA e o *boom* capitalista na Venezuela, México,

Brasil, Chile, levou a uma tematização excessiva das discussões no domínio das políticas econômicas. As críticas a mais essa manifestação do imperialismo, levou ao enfraquecimento dos debates políticos e culturais que existiram antes nesses países. Além disso havia um desenvolvimento insignificante, uma mudança no NCLA. No Brasil, na Venezuela, Argentina (até certo ponto), Colômbia, Peru, Chile e mesmo em Cuba, se faz agora um cinema muito mais popular que antes. O cinema brasileiro com seus grandes filmes, nos anos sessenta, nunca tivera um público tão massivo quanto nos anos setenta. Esta não é uma contradição, eu admiro muito que seja possível receber o público que faltava nos anos anteriores. Mas o que se passou? Durante todo esse processo político se sente a falta de uma busca revolucionária. Ao tocarem em temas que não apresentavam uma posição crítica radical, se deixava um pouco de lado a pesquisa estética, porque não se pode expressar de uma maneira muito regular um filme realmente revolucionário. Poder, pode, mas o conteúdo político e a posição política do realizador influem muito em sua estética. Assim, o cinema latinoamericano dos anos setenta é politicamente muito mais regular, é um cinema social, crítico, mas não é um cinema revolucionário, com algumas exceções. Sua estética é uma estética muito quadrada, tradicional e até mesmo bastante conservadora. Esta é uma certa armadilha, um grande defeito desse cinema, sua grande contradição.

P — Ao falar dos impasses e contradições do NCLA você também aponta para a crise vivida pelo cinema em nosso continente. Tanto no último Festival como no anterior, se falava muito em crise no NCLA, que era atribuída ora à falta de roteiristas, ora à falta de maior cooperação entre os diferentes países, com a realização de co-produtores etc. Enfim, as interpretações eram as mais variadas. No último Festival, uma das coisas que discutiu é se os princípios definidos em Viña del Mar, depois na Venezuela e em Mérida, não estariam atrapalhando um pouco. Será que não fomos muito mais historiadores, antropólogos, sociólogos, ao definir aqueles princípios, perguntava Ambrósio Fonet, um dos conferencistas no Seminário sobre Dramaturgia realizado durante o IV Festival. Nosso cinema, em sua opinião, foi um cinema mais de análise social e um cinema menos preocupado com uma nova estética e com um novo conteúdo. A questão, levantada por esse ensaísta cubano: qual a relação desse novo cinema com seu público, o que seria uma dramaturgia efetivamente popular. Sua contribuição mais importante foi no sentido de propor uma revisão do que foi definido inicialmente nas décadas de 60/70, para saber se essas definições não estão atrapalhando o NCLA, não estão sendo uma camisa de força, com princípios tão rígidos, quando na realidade talvez se tenha que ter maior flexibilidade. Como você vê essa questão colocada por Ambrósio Fonet, de que os princípios do NCLA poderiam estar amarrando esse cinema?

R — O processo de popularização do cinema latinoamericano resultou em uma coisa contraditória. Fazer um cinema mais popular significa mesclar-se muito mais nas estruturas do mercado. Debater muito mais com os

saíram, emigraram, e os que ficaram viveram e sofreram em um sistema de medo. Ninguém tentou fazer algo realmente distinto, tocar a situação social, real, com a exceção, em 1979, de Mário Sábato que fez um filme sobre a famosa novela de seu pai. Uma parte dessa novela se chama "O Poder das Trevas". É uma adaptação literária, mas ao mesmo tempo explica metaforicamente o sistema da repressão, o medo que se sofre. Estes dois elementos, especialmente se pode estudar nesse filme de adaptação literária. Este é o primeiro exemplo. Normalmente se faz um cinema muito comercial, infantil, para sobreviver. É uma posição absolutamente respeitável, dentro de um regime militar, fazer um cinema comercial. Depois, lentamente, com a mudança da situação interna nos anos 80/81, e com uma certa abertura, se faz um teatro aberto. Esse movimento foi uma experiência muito interessante. Depois passaram a falar de um cinema aberto, de uma poesia aberta, uma música aberta. Esta conjuntura política favoreceu muito aos realizadores que tentaram fazer, finalmente, algo distinto. Assim surgiu um filme, outra adaptação, *Buenos Aires Misteriosa*, de quatro episódios, com quatro realizadores, e mais dois ou três filmes de Aristarain. Há um outro filme *Plata Dulce*, que como filme não é nada, mas trata de um momento político social, que foi interessante. Teve muito êxito. Mas se nos anos 81/82 a produção cinematográfica baixou até o ponto quase zero, no último ano foram realizados, acredito, sete ou oito filmes. Esta é uma cifra da crise, pois é igual à cifra cinematográfica dos anos 30, quando com a mudança do sistema cinematográfico baixou toda a produção. Quarenta anos depois a mesma cifra. Não foi somente o sistema de medo da repressão que praticamente eliminou o cinema argentino, mas também a catastrófica situação econômica que tornou difícil fazer algo ali. Mas, às vezes, é possível conquistar recursos para fazer cinema e fazer realmente coisas interessantes. Mas se pode esperar algo diferente da Argentina agora, pois o que falta é dinheiro. A situação no México era tão triste como na Argentina, pois os militares argentinos não destruíram o cinema argentino senão indiretamente. O governo mexicano de Lopes Portillo, ao contrário, realmente destruiu quase todo o cinema independente do México, por sua tonta política cinematográfica. O incêndio que destruiu a Cinemateca é um bom exemplo desse processo. O novo governo tem gente muito capaz, com muito boa orientação, mas não tem dinheiro para renovar ou dar possibilidades de fazer filmes para os grandes realizadores de talento que tem esse país.

P — *Quais são as perspectivas do NCLA?*

R — É muito difícil falar desse tema, porque acredito que tudo depende de dois elementos, do desenvolvimento econômico — porque sem dinheiro não se pode fazer cinema — e do desenvolvimento político, com a mudança dos sistemas políticos. Estes são os dois elementos básicos que vão influir muito no desenvolvimento cinematográfico, que certamente virá, como sempre. Mas não sei o que vai sair, pois não conheço as perspectivas da América Latina. Ao mesmo tempo, estou seguro que este continente, na maior crise

BIBLIOGRAFIA CORRENTE DE COMUNICAÇÃO

Nº 42, novembro/dezembro, 1983

Coordenação: Maria Christina de Silva Souza
Colaboração: Irati Antonio
Resumidores: Celina Dias Azevedo (cda) — Bibliotecária
Marialice Nogueira Emboava (mne)
Maria Cristina Maiello (mcm)
Rita de Cássia Belleza (rcb) — Bibliotecária
Solange Martin Travarelli (smt)

Publicação editada pelo PORT-COM — Centro de Documentação da Comunicação nos Países de Língua Portuguesa — órgão complementar da Intercom, mantido com a colaboração da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP.
Endereço para correspondência: Caixa Postal 20793 — São Paulo — 01498 — SP.

Para realização deste trabalho de inventário bibliográfico, a INTERCOM vem contando com auxílio do IBICT — Instituto Brasileiro de Informação sobre Ciência e Tecnologia, órgão do CNPq.

CINEMA

BIVAR, Antonio. *James Dean*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 111p. (Col. Encanto Radical, 38).

Biografia do ator que, mostra as relações familiares, a carreira, os amigos, os filmes, seu estilo de vida e a popularidade por ele obtida. Traz sua filmografia.

(rcb)

CLEINMAN, Betch. *Capital da libido: os EUA em MM*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982. 164p.

A partir dos filmes de Marilyn Monroe analisa a posição da mulher na sociedade norte-americana nos anos 50. Contém a filmografia da atriz.

(rcb)

COMPARATO, Doc. *Roteiro: arte e técnica de escrever para cinema e televisão*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nórdica, 1983. 262p.

Ensina a fazer roteiros. Elaborado a partir de aulas dadas pelo autor no curso de roteiros do Centro de Artes de Laranjeiras, em 1982, que foram gravadas e transformadas em texto. Traz exercícios práticos utilizados no curso e glossário dos termos básicos. Destina-se não só a iniciantes mas a todos os profissionais do ramo.

(rcb)

FARIAS, Roberto. *Prá frente Brasil*. Rio de Janeiro, Alhambra, 1983. 86p.

Apresenta o roteiro do filme, de tema político, onde um homem inocente é tratado pela polícia como subversivo, durante a Copa do Mundo, em junho de 1980. Traz na introdução, anotações sobre fatos ocorridos em relação ao filme, de março de 1982 a janeiro de 1983, quando foi liberado pela censura.

(rcb)

HIGHAM, Charles. *Marlene: a vida de Marlene Dietrich*. Rio de Janeiro, Novo Tempo, s.d. 320p.

Biografia da atriz, contendo também uma listagem de suas atuações no teatro e filmografia.

(rcb)

MUNERATO, Elice & OLIVEIRA, Maria Helena Darcy de. *As musas da matinê*. Rio de Janeiro, Rio Arte, 1982. 106p.

Através de filmes dirigidos por mulheres, estuda-se a representação das personagens femininas no cinema brasileiro. São relidos por uma ótica feminista e revelam os modelos de comportamento feminino veiculados pelo cinema.

(mne)

NAZÁRIO, Luiz. *Da natureza dos monstros*. São Paulo, Luiz Nazário, 1983. 44p.

Analisa a monstruosidade tal como é apresentada na literatura e no cinema, procurando chegar ao cerne da questão através de três ensaios: "Esboço para uma teoria da monstruosidade", "O universo de Clara Crocodilo" e "Guará, o criminoso imaginário".

(smt)

NAZÁRIO, Luiz. *De Caligari e Lili Marlene: cinema alemão*. São Paulo, Global, 1983. 87p.

Breves reflexões sobre o cinema alemão nas fases do nazismo, realismo, expressionismo e neo-expressionismo. São também analisadas as obras de vários cineastas que usaram o expressionismo não como um estilo, mas como uma mensagem.

(cda)

NAZÁRIO, Luiz. *O cinema industrial americano*. São Paulo, Bisordi, 1983, 54p.

Interpreta e reconta filmes do cinema americano. Dedicar grande parte à discussão da violência, "cujo papel é criar em cada cidadão, um sentimento de culpa, forte o bastante para paralisá-lo", reduzindo a necessidade objetiva de repressão. Exemplifica, desmontando diversos filmes, identificando neles a violência.

(mne)

RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, estado e lutas culturais: anos 50/60/70*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 175p. (Col. Cinema, 16)

Estuda o cinema como produto cultural, a ideologia das formas de produção em contato com a ação estatal. Faz uma crítica ao processo de produção cultural essencialmente politizada.

(rcb)

XAVIER, Ismail, org. *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro, Graal, 1983. 475p. (Col. Arte e Cultura, 5)

Coletânea de textos clássicos e contemporâneos, com as opiniões de Eisenstein, Metz, Buñuel, Pudovkin, entre outros. Divide-se em três grandes temas: a codificação do cinema clássico, as investigações sonoras e a psicanálise do filme clássico.

COMUNICAÇÃO

SILVA, Roberto Peres de Queiroz e, coord. *Temas básicos em comunicação*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1983. 250p.

Reunião de textos que abordam diversas áreas da comunicação. Destina-se a iniciantes neste campo servindo de base para posteriores estudos mais aprofundados.

(rcb)

COMUNICAÇÃO RURAL

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. *O que é comunicação rural*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 104p. (Col. Primeiros Passos, 101)

Define a comunicação rural. Analisa modelos de desenvolvimento rural e mostra que esta também pode influenciar tais modelos. Estuda a difusão de inovações tecnológicas e sua aprendizagem pelo homem do campo. Fala sobre o uso da comunicação escrita, visual e audio-visual e mostra como transmitir uma mensagem para que ela tenha o efeito desejado no meio rural.

(rcb)

CULTURA POPULAR

GARCIA CANCLINI, Néstor. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo, Bra-

siliense, 1983. 149p.

Propõe uma interpretação dos conflitos interculturais no capitalismo. Defende que o capitalismo, sobretudo o dependente, não elimina as culturas populares durante o seu desenvolvimento; ao contrário, se apropria delas. Analisa os aspectos econômicos e simbólicos dos produtos culturais e os motivos que o sistema social possui para incentivar o aumento da produção de objetos artesanais.

(mne)

LUZ, Marco Aurélio. *Cultura negra e ideologia do recalque*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983, 92p.

Estudo dos valores e das características do processo sócio-cultural negro-brasileiro e dos fatores de recalque (no sentido freudiano) ideológico. Analisa os obstáculos para uma antropologia negra e reflete sobre religião, literatura e artes negras brasileiras. Estuda também os estereótipos do negro no cinema brasileiro.

(mne)

LUYTEN, Joseph Maria. *O que é literatura popular*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 74p. (Col. Primeiros Passos, 98).

Define a origem da literatura popular, examina a classificação da literatura de cordel, analisa os folhetos mostrando a estrutura e a importância da capa, os autores, a urbanização e politização da poesia popular brasileira.

(rcb)

RISÉRIO, Antônio. *Carnaval Ilexá*. Salvador, Corrupio, 1981. 156p.

Examina a "reafricanização" da juventude negromestiça da Bahia, observando as influências da libertação das colônias portuguesas na África e dos movimentos Black Power e Soul Music dos Estados Unidos. Analisa as relações entre o Movimento Negro Unificado e os novos afoxés e blocos afrobrasileiros. Aborda ainda, a politização das organizações carnavalescas.

(mne)

ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. 127p.

Trabalho realizado a partir de estudos das comunidades de Itá, Cruz das Almas, Itaipava, Minas Velha e Piaçabuçu; onde foram consideradas as práticas religiosas e as relações entre as classes sociais que compunham as sociedades locais, visando obter o significado religioso na vida social comunitária.

(rcb)

EDITORIAÇÃO

LOPEZ, Telê Porto Ancona, org. *Márcio de Andrade: entrevistas e depoimentos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983. 114p. (Biblioteca de letras e ciências humanas; ser. 1 Estudos Brasileiros, v. 5).

Apresenta as entrevistas e depoimentos concedidos pelo escritor a diversos periódicos, e uma cronologia de sua vida. Constitui-se num painel que ajuda a compreender melhor a personalidade e a evolução intelectual do líder modernista no Brasil.

(smt)

ROTH, Otávio. *O que é papel*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 61p. (Col. Primeiros Passos, 99).

Traça a história do papel desde seu aparecimento até a atualidade e mostra o valor espiritual a ele atribuído por vários povos. Abrange também outros suportes para escrita: argila, papiro, pergaminho, seda, etc. Ensina a fazer papel através do processo de reciclagem.

(rcb)

FOTOGRAFIA

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de, org. *Retratos quase inocentes*. São Paulo, Nobel, 1983. 198p.

Ensaio no qual se acham representados fotógrafos que trabalharam no eixo Rio-São Paulo entre 1856-1913. Carlos de Moura escreve sobre as técnicas dos primeiros fotógrafos, seu contexto cultural e de seus clientes. Carlos Lemos discute a popularização do retrato, as características dos estúdios e analisa alguns aspectos do retrato: vestimentas, recursos cenográficos etc. Aracy Amaral aborda as razões da procura do ateliê do fotógrafo no século XIX. Trata das relações entre fotografia e pintura. Jean-Claude Bernardet fala do daguerreótipo de 1845.

(mne)

JORNALISMO

1933, a imprensa brasileira ante o fascismo: a tomada do poder na Alemanha. Rio de Janeiro, Instituto Goethe, 1983. 108p.

A partir da análise de jornais brasileiros do período de 1933/34, procura mostrar como o "processo político na Alemanha que culminou com a chegada ao poder do nazismo" repercutiu no Brasil.

(rcb)

PERNAMBUCO, Secretaria de Turismo Cultura e Esportes. Arquivo Público Estadual. *O jornalista Agamemnon Magalhães*. Recife, 1982. 184p. (Série Pesquisas Especiais, 1).

Bibliografia da atividade jornalística de Agamemnon Magalhães (que foi também promotor público, professor e político) em seu diário Folha da Manhã.

(smt)

POLÍTICA CULTURAL

FEIJÓ, Martini Cezar. *O que é política cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 79 ps. (Col. Primeiros Passos, 107).

Situa a cultura como um elemento da política, traçando um paralelo com movimento operário e revolução. A partir daí, esboça um panorama da cultura e da política na História do Brasil desde a República, discutindo as políticas culturais atuais.

(mcm)

TEATRO

COELHO NETTO, José Teixeira. *Uma outra cena: teatro radical, poética da artevida*. São Paulo, Polis, 1983. 147p.

CINEMA

BESSA, Pedro Pires. A era da palavra na era da imagem. *Revista de Cultura Vozes*, 77 (5): 54-59, jul. 1983.

Confronto entre a literatura e o cinema. Chega à conclusão de que a literatura de hoje modificou-se em relação à literatura de épocas precedentes; hoje precisa assimilar o mundo das imagens, o mundo do cinema, que é a arte de nosso tempo, sob o risco de tornar-se ultrapassada.

(cda)

COMUNICAÇÃO DE MASSA

MARCONDES FILHO, Ciro. Imperialismo cultural, o grande vilão na destruição da "nossa" cultura. *Comunicação & Sociedade*, 5 (9): 78-84, jun. 1983.

Crítica os estudos recentes sobre dominação cultural, em que os autores não aprofundam o fenômeno da manipulação dos MCM. Propõe uma outra abordagem da questão dos MCM e da dominação cultural, cujo "foco de preocupação está no modo de pensar capitalista que independe de nacionalidade e que está em todas as culturas."

(mne)

RUDIGER, Francisco Ricardo. A violência e os aparelhos ideológicos de informação: exclusão e desejo. *Comunicação & Sociedade*, 5 (9): 165-92, jun. 1983.

Análise ideológica sobre a violência nos meios de comunicação. Estes criam uma estética da violência, "que o fascismo já ensaiara, conforme observações de Benjamin". Contudo, a atual estética veiculada pelos meios de comunicação de massa visa "adestrar a população, satisfazer suas exigências sangüinárias, que a própria sociedade autoritária encerra no interior de cada indivíduo, com um neocirco eletrônico."

(mne)

CULTURA BRASILEIRA

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Comunicação transnacional e cultura brasileira. *Comunicação & Sociedade*, 5 (9): 3-34, jun. 1983.

Ensaio sobre a influência estrangeira na formação, desenvolvimento e situação atual da cultura brasileira. Observa que as principais características do sistema cultural brasileiro são: 1) O Estado como elemento de maior importância para os meios de comunicação; 2) a tendência de nacionalizar os conteúdos dos veículos, a partir dos anos 70, apesar do controle econômico permanecer nas mãos do capital estrangeiro; 3) início, também na década de 70, do processo de internacionalização da produção cultural brasileira.

(mne)

EDITORIAÇÃO

LUZ, Inês Pereira da. A indústria do livro no Brasil: a presença das multinacionais. *Comunicação & Sociedade*, 5 (9): 120-137, jun. 1983.

Análise histórica da presença do capital estrangeiro na indústria editorial brasileira. A característica desta é ser dependente economicamente do Estado ou das empresas multinacionais.

(mne)

FOTOGRAFIA

GARCIA CANGLINI, Nestor. Fotografia e ideologia: lugares comuns. *Comunicação & Sociedade*, 5 (9): 156-84, jun. 1983.

Propõe um reestudo da estrutura do trabalho fotográfico e seu papel nas transformações sociais. Fala, rapidamente, de como Marx, Freud e Nietzsche recorreram às metáforas óticas e fotográficas para explicar o processo ideológico. Afirmar que a fotografia não mostra a realidade, e a sua ideologia não está contida na imagem.

(mne)

JORNALISMO

ARAÚJO, Lúcia. Os meios de comunicação são cruéis. *Crítica da informação*, 1 (2): 38-40, jun./jul. 1983.

Entrevista com Ireda Cardoso, onde ela relata algumas experiências suas no jornalismo, na política — como vereadora do PT — seus novos projetos e dá sua opinião a respeito dos meios de comunicação.

(smt)

DIAS, Nilton. Jornais de economia: a crise não assusta. *Crítica da informação*, 1 (2): 48-52, jun./jul. 1983.

Reportagem sobre o crescimento dos jornais econômicos brasileiros, destacando que alguns estão entre os melhores do mundo. Segundo os especialistas, a tendência é crescer ainda mais, pois o público está ávido de informações a respeito da crise econômica.

(smt)

DINES, Alberto. "Hay gobierno? Soy contra". *Crítica da informação*, 1 (2): 8-9, jun./jul. 1983.

Crítica o radicalismo de alguns órgãos de imprensa acostumados a uma oposição permanente a quem esteja no poder, mesmo quando eleito democraticamente, como é o caso dos nossos governadores. Argumenta que o senso crítico não deve servir como fator de confusão, e sim de iluminação.

(smt)

DINES, Alberto. No jogo da verdade, não se escondem cartas. Ou fontes. *Crítica da informação*, 1 (1): 6-7, abr. 1983.

Crítica ao expediente usado pelos órgãos de imprensa — o de não divulgar as fontes informativas quando há interesses em jogo. Somente através de maior franqueza e criticismo na prática jornalística, o próprio jornalismo se tornará mais interessante e atuante no Brasil.

(smt)

LIMA, Gérson Moreira. Como a "voz oficial" pode recuperar seu crédito? *Crítica da informação*, 1 (2): 45-7, jun./jul. 1983.

Trata do impasse que os assessores de imprensa enfrentam atualmente: o descrédito pela "voz oficial" das empresas ou instituições. Jornalistas e relações públicas discutem formas de se alterar esse estereótipo. Conclui que a função do assessor

de imprensa deve ser a de abrir caminhos para que as classes subalternas tenham acesso às informações.

(smt)

MELO, José Marques de. Leitura de jornal: privilégio da elite brasileira. *Crítica da informação*, 1 (1): 8-9, abr. 1983.

Examina as possíveis causas do baixo índice de leitura de jornais no Brasil. Analisa alguns dados, como a diminuição das tiragens diárias de jornais a partir da década de 50, contrapondo-se ao aumento da população brasileira e a diminuição da taxa de analfabetismo. Propõe um debate público que busque responder essa questão.

(smt)

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

BASCUR, Raquel Salinas. Nova ordem da informação: balanço e perspectivas. *Revista de Cultura Vozes*, 77 (5): 15-23, jul. 1983.

A denúncia contra o "imperialismo cultural" na década de 70, foi o primeiro passo para uma mudança nas concepções de comunicação e uma oportunidade para se refletir sobre os modelos usados até aquele momento. Críticas à gestão empresarial privada, a luta pelo estabelecimento de políticas de comunicação, formuladas em função do interesse público, são algumas das idéias surgidas após a Conferência Geral da UNESCO de 1980, que criou o Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (IPDC).

(cda)

PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MELO, José Marques de. Da comunicação popular à popularização da ciência. *Comunicação & Sociedade*, 5 (9): 193-205, jun. 1983.

Perfil do programa de mestrado em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior, onde há duas linhas básicas de pesquisa: a comunicação popular e a comunicação científica.

(mne)

PROPAGANDA

GALINDO, Daniel dos Santos. A publicidade e a obsolescência planificada. *Comunicação & Sociedade*, 5 (9): 146-55, jun. 1983.

Análise crítica da prática que se convencionou chamar de "obsolescência planificada" nos países do Terceiro Mundo, onde a situação sócio-econômica "não permite o consumo de bens que tragam satisfação psicológica, quando as necessidades físicas e básicas não são satisfeitas por uma grande parcela da base da pirâmide social."

(mnc)

PENTEADO FILHO, José Roberto Whitaker. Prefiro o Conar. *Crítica da informação*, 1 (1): 10, abr. 1983.

Defende a existência do Conar — Conselho Nacional de Auto Regulamentação Publicitária — fundado há três anos: Justifica que este órgão tem conseguido impedir várias irregularidades antes que cheguem ao público consumidor.

(smt)

VOLTOLINI, Nanete. Mulheres, welcome!!! *Crítica da informação*, 1 (2): 35-7, jun./jul. 1983.

Demonstra a crescente participação da mulher na publicidade brasileira, não mais somente como modelo, mas também ocupando cargos de importância nas agências. Cita o exemplo de Charlotta Adlerová, a primeira mulher a trabalhar no setor de criação em 1939, no Brasil.

(smt)

RÁDIO

COSTA, Lúcia. O feijão e o sonho. *Crítica da informação*, 1 (2): 32-4, jun./jul., 1983.

Aborda a questão da "padronização versus criatividade" nas FMs. Analisando o episódio da extinta rádio Nova Excelsior — comandada por Maurício Kubrusly — que tinha uma nova proposta de variedade na programação, e foi retirada do ar. Segundo alguns radialistas das emissoras atuais, uma FM precisa obedecer a um esquema comercial para aumentar o faturamento e chegar aos primeiros lugares.

(smt)

SILVA, Carlos Eduardo Lins da & COSTA, Lúcia. Messianismo eletrônico. *Crítica da informação*, 1 (2): 16-23, jun./jul. 1983.

Reportagem sobre as seitas pentecostais, que se expandiram através do rádio. Analisa as causas desse fenômeno, sendo a principal o baixo nível sócio-econômico da população. Conclui que quando um povo não encontra as soluções de seus problemas politicamente, volta-se para a religião.

(smt)

TELECOMUNICAÇÕES

MELO, Hodney. TV a cabo: onde cada um escolhe seu programa. *Vídeo News*, 1 (7): 6-10, fev. 1983.

Explica no que consiste o sistema de TV a Cabo, relata as tentativas anteriores de taxação do serviço de televisão, inclusive sob o aspecto jurídico. Analisa as opções de serviço e programação para o usuário, assim como as perspectivas do mercado, a partir do aperfeiçoamento do sistema. Destaca uma abertura do mercado para a pornografia.

(mcm)

QUEIROZ, Roberto. Dentel: amplos poderes e pouca participação. *Crítica da informação*, 1 (2): 42-4, jun./jul. 1983.

Reportagens sobre o Dentel — Departamento Nacional de Telecomunicações — o que é, suas funções e sua relação com a censura. Constata que este órgão possui poderes abrangentes que não são compartilhados com a sociedade.

(mcm)

TELEVISÃO

McANANY, Emile G. A lógica da indústria cultural na América Latina: a indústria da televisão no Brasil. *Comunicação & Sociedade*, 5(9):35-60, jun. 1983.

Discute os conceitos de dependência cultural abordados em estudos recentes sobre a realidade latino-americana. Conclui que é necessário reexaminar as diferentes posições sobre intercâmbio e dependência cultural, ressaltando a importância da interação do processo de industrialização na criação cultural e intercâmbio de produtos. Propõe, como um passo para estratégia de pesquisa, o estudo das indústrias culturais em cada país, ao invés de se criar uma teoria aplicável em todos os países.

(mne)

MARCONDES FILHO, Ciro. O monopólio da teleducação nas mãos da Globo. *Crítica da Informação*, 1(2): 14, jun./jul. 1983.

Procura levantar os motivos e circunstâncias que levaram a Globo a concentrar sobre si o monopólio da teleducação no Brasil. Argumenta que esse monopólio não defende os interesses da coletividade, cabendo essa responsabilidade da educação ao governo.

(smt)

MATOS, Sérgio. Publicidade e influência governamental na televisão brasileira. *Comunicação & Sociedade*, 5(9): 94-113, jun. 1983.

Analisa a interferência econômica e legal do Estado e do meio publicitário na televisão brasileira. Defende que as condições internas do Brasil foram mais decisivas no desenvolvimento da televisão do que os fatores externos.

(mne)

PEREIRA, João Batista Borges. Comunicação social e representação étnica. *Comunicação & Sociedade*, 5(9): 138-45, jun. 1983.

Estudo da representação do negro e seu estilo de vida veiculados pela televisão e pelo rádio. A imagem do negro nesses meios é estereotipada e filtrada pelo espelho ideológico do branco. As reações dos negros são quase sempre de indiferença ou cumplicidade.

(mne)

PRIOLLI, Gabriel. Falta conhecimento de tv à crítica de tv. *Crítica da Informação*, 1(2): 10-11, jun./jul. 1983.

Crítica a ineficiência e a superficialidade da crítica de tv em geral. Demonstra que falta aos críticos um conhecimento em profundidade do veículo enquanto indústria cultural e suas complexas interrelações sócio-político-econômicas. Somente a partir desse conhecimento pode ser feita uma crítica consciente e transformadora.

(smt)

STRAUBHAAR, Joseph D. O declínio da influência americana na televisão brasileira. *Comunicação & Sociedade*, 5(9): 61-77, jun. 1983.

Observa a diminuição das horas de exibição na TV dos programas importados, o que é entendido como declínio da influência americana na televisão. Constata um "abrasileiramento" de conceitos norte-americanos de direção televisiva, mas acha que as transmissões ainda dependem dos anunciantes americanos. A procura por

equipamentos mudou de direção, com a entrada do Japão e de outros países europeus no mercado.

(mne)

VÍDEO

ANDRADE, Paulo. O vídeo por dentro. *Vídeo News*, 1(7): 38-44, fev. 1983.

Explica o mecanismo técnico do vídeo, identificando os sistemas mecânicos "Betamax" e VHS. Pormenoriza o funcionamento das cabeças magnéticas, da pausa e do avanço, da bitola da fita, do sintonizador, do temporizador e do modulador de Rádio Frequência.

(mcm)

BARROZA, Orlando. JVC HR-C3U: o menor videocassete do mundo. *Vídeo News*, 1(7): 22-26, fev. 1983.

A JVC dentro de sua política de mercado inovador, lança um mini-videocassete, ideal para gravações externas que exijam grande mobilidade. Traz uma abordagem dos recursos e limitações do mini-videocassete, assim como as possibilidades de adaptação ao equipamento já existente e de alterações no mercado.

(mcm)

CÂMERA GX.88U. *Vídeo News*, 1(7): 54-58, fev. 1983.

Reportagem sobre a câmera GX.88U, um dos modelos mais populares entre os proprietários de videocassete doméstico do mundo. Explica seu funcionamento e operação, a função dos controles, as conexões necessárias para ligá-la ao videocassete e os recursos.

(mcm)

OS CLUBES, crescendo com o mercado. *Vídeo News*, 1(7): 46-49, fev. 1983.

Discute se, para o proprietário de video clube, o empreendimento mais lucrativo é a especialização em um tipo de cliente determinado ou a ampliação do número de associados através de filiais, citando diferentes experiências dos video clubes. Aborda, ainda, a vantagem econômica de se ter uma locadora ao invés de videotecas.

(mcm)

CONHEÇA suas fitas. E evite estes problemas. *Vídeo News*, 1(7): 50-53, fev. 1983.

Alerta para os defeitos causados pela má qualidade ou falta de conservação das fitas de vídeo, que ocasionam irregularidades na imagem. Traz uma série de recomendações para a manutenção das fitas pelo usuário.

(mcm)

E, PARA completar, uma mini-câmera. *Vídeo News*, 1(7): 27, fev. 1983.

A JVC lança no Japão uma mini-câmera para acoplá-la ao seu mini videocassete; descreve-se as características e vantagens dessa mini-câmera em relação à comum, que também pode ser utilizada com o mini videocassete.

(mcm)

REIS, Maria Isabel. Crianças, aprendendo a sorrir com o vídeo. *Vídeo News*, 1(7): 76-79, fev. 1983.

O Instituto Paulista de Adoção, órgão centralizador do sistema de adoção no esta-

do, utiliza o videocassete para evitar episódios desagradáveis, como a rejeição que as crianças sentem quando não são as escolhidas pelos adotantes.

(mcm)

SANTORO, Luiz Fernando. No final, saldo foi a organização. *Crítica da informação*, 1 (2): 54-6, jun./jul. 1983.

Analisa a crise pela qual os videoclubes passaram no início do ano, com a apreensão de suas fitas estrangeiras pela Secretaria da Receita Federal. Esclarece que por trás estavam os interesses das distribuidoras norte-americanas. Conclui que o episódio acabou unindo os proprietários de videoclubes em torno de uma associação.

(smt)

SILVEIRA, Josias. Som de cinema em casa. *Video News*, 1 (7): 11-13, fev. 1983.

Explica a possibilidade de se obter um som semelhante ao do cinema na TV, ligando o videocassete ao equipamento de som. Primeiro destaca as diferenças entre a recepção do cinema e da televisão, para depois detalhar a ligação caseira que possibilita obter uma melhor qualidade de som.

(mcm)

SUPLEMENTO BIBLIOGRÁFICO

NOVOS TÍTULOS EM COMUNICAÇÃO (INGLÊS / FRANCÊS)

Compilação de *Tereza Lucia Halliday*

DOBBERT, Marion Lyndy — *Ethnographic Research*. 1982 — N. York: Praeger.
Manual sobre a teoria e aplicação das técnicas etnográficas nas universidades e sociedades modernas. Explica, orienta e alerta na coleta e análise de dados de comunicação através desta metodologia qualitativa.

SNOW, Robert P. — *Creating Media Culture*. 1983: Beverly Hills, Ca.: Sage.
Mostra como os meios de comunicação de massa, por sua linguagem, estrutura gramatical e forma de interpretação moldam as nossas definições da realidade e nossos posicionamentos ante assuntos banais como estilo de penteado e cruciais como a corrida armamentista

BECK, M. Susan — *Kidspeak*. 1983, N.Y.: New Ame. Library.
Pesquisando crianças de 6 a 12 anos de idade, a autora explica como elas aprendem semântica no uso da linguagem do dia a dia.

— OPPOSING VIEW POINTS —

Serie de fascículos para uso de professores de estudos sociais, retórica e jornalismo, apresentando pontos de vista contra e a favor de cada tema abordado. Alguns títulos de fascículos: "As armas nucleares são imorais", "Liberalismo e Conservadorismo", "Marxismo", "Pena de Morte", e muitos outros temas de Direito, Política e Filosofia. Catálogo pode ser pedido a Greenhaven Press, Inc. — 577 Shoreview Park Road, St. Paulo, MN 55112 — USA.

GOODWIN, Charles — *Conversational Organization*. 1981, New York: Academic Press.
Estudo seqüencial da interação entre os protagonistas no ato da conversação. Baseado no trabalho de Harvey Sacks, apresenta pela primeira vez uma análise detalhada do comportamento lingüístico e social nas conversas.

PENDLETON, David e JOHN Hasler — *Doctor-Patient Communication*. 1983, N.Y.: Academic Press.

Os autores são médicos britânicos que reuniram neste livro contribuições de seus colegas de profissão bem como de cientistas sociais sobre qualidade da transmissão de mensagens entre médico e paciente e os problemas de relacionamento nessas circunstâncias.

BAGDIKIAN, Ben H. — *The Media Monopoly*. 1983, Boston: Beacon Press.
Um estudo das 50 empresas que controlam o que os Estados Unidos (e várias partes do mundo) vêem, lêem e ouvem através dos meios de comunicação de massa. Considerado pela crítica como "polêmico" e "assustador".

DERVIN, Brenda e VOIGT, Melvin J., organizadores — *Progress In Communication Sciences* — 5 volumes Norwood, N.J.: Ablex. 1979-1984.

Nesta série de artigos, são reunidas as contribuições da pesquisa em ciência política, biblioteconomia, relações internacionais, psicologia cognitiva e outras áreas para o entendimento do mecanismo e efeitos dos processos de comunicação. O primeiro volume saiu em 1979, o mais recente data de 1983 e o quinto está programado para 1984, incluindo um artigo sobre as necessidades de pesquisa comunicacional na América Latina.

GREENBERG, Bradley S. (organizador). — *Life on Television*. 1983, Norwood N.J.: Ablex.

Utilizando a técnica da análise de conteúdo, este livro identifica, documenta e avalia seriados da TV americana e a maneira como eles apresentam comportamentos sociais e anti-sociais, as minorias étnicas, a estrutura familiar e os papéis desempenhados na sociedade por homens e mulheres.

CARDON, Alain, Vincent Lenhardt e Pierre Nicolas — *L'Analyse Transactionelle — Outil de Communication*. 1983, Paris: Editions d'Organisation.

Manual de análise transaccional para utilização nas relações de trabalho, abordando aspectos como independência/autonomia, mecanismos de manipulação e comportamentos aprisionantes.

MANDER, Mary S., organizadora. — *Communication in Transition*. 1983, N.York: Praeger.

Em resposta à crença de que os estudos de comunicação contemporâneos se encontram numa encruzilhada, esta coletânea analisa . . . a encruzilhada e seus diferentes caminhos em termos de metodologia e abordagens ideológicas para a pesquisa.

WILLIAMS, Frederick — *The New Communications*. 1984, Belmont, California: Wadsworth.

Análise exaustiva dos contextos da comunicação humana, à luz das pesquisas modernas: apresenta as teorias, as técnicas, as motivações e o porque das diversas situações de comunicação interpessoal, organizacional e de massa.

BRAWLEY, Edward A. — *Mass Media and Human Services*. 1983, Veberly Hills: Sage.

Como informar os públicos das agências de serviços públicos e sociais (tipo previdência, saúde pública) através dos meios de comunicação. Manual para todo servidor público em contacto com pessoas que a ele/ela recorrem através de um guichê, bureau ou consultório.

BRADLEY, Bert e. — *Fundamentals of Speech Communication — The Credibility of Ideas* — 4ª edição. 1984: WCB (ISBN 0-697-04247-2).

Em torno do tema da credibilidade do comunicador, o autor explora as diversas dimensões da transmissão de idéias: o ouvir, o preparo do discurso, conferência ou exposição, a maneira de apresentar argumentos, problemas de nervosismo de quem fala em público, como atingir a audiência.

ROYCE, E. Scott. — *Propaganda: How the Government Moulds Public Opinion*. 1984, Washington, D.C.: CATO Institute.

Como o governo federal norteamericano emprega verbas para influenciar a opinião

pública. O uso de anúncios, filmes, publicações e campanhas de relações públicas pelas diferentes agências governamentais.

BENNETT, W. Lance e Marta S. Feldman. — *Reconstructing Reality in the Courtroom*. 1981, New Brunswick: Rutgers University Press.

A reconstrução da realidade na sala do tribunal e o tema deste estudo da comunicação entre advogados, juízes, jurados e público, em julgamentos criminais. Usando etnometodologia e análise de conteúdo os autores estudaram 67 julgamentos de crimes e apresentam um intrigante modelo do que acontece nas narrações dos protagonistas.

RECENTES TESES DE DOUTORADO EM UNVERSIDADES NORTEAMERICANAS SOBRE TEMAS DE COMUNICAÇÃO RELACIONADOS COM O BRASIL.

McCARTHY, Cavan Michael — *The Automation of Libraries and Bibliographic Information Systems in Brazil*. 1983, Lonborough University of Technology (England), 331p.

LANDAS, Vard Bonafini — *Monteiro Lobato e o Modernismo*. 1982, New York University, 340p.

SCHULGASSER, Daniel Mitcjel — *Military Professionalism, Political Power and Public Policy Making in Turkey, Brazil, and the People' Republic of China*. 1982, Rutgers University, 393p.

JENTSH-GROOMS, Lynda — *Exile and the Process of Individuation: A Jungian Analysis of Marine Symbolism in the Poetry of Rafael Alberti, Pablo Neruda and Cecilia Meireles*. 1983, Vaderbilt University, 193p.

ISHIMATSU, Lorie Chieko — *The Poetry of Machado de Assis*. 1982, Indiana University, 211p.

MEYRELLES DE JESUS, Denise — *The Academic Achievement of Low-Income Fifth Graders in Brazil*. 1983, University of California, Los Angeles, 193p.

KINDELL, Gloria Elaine — *Discourse Strategies in Kaigang Literacy*. 1982, Georgetown Univ., 312p.

econômica de toda a sua história, pode sobreviver mais facilmente a esta crise, que os países capitalistas do velho mundo, porque manejar nosso sistema capitalista é muito mais difícil que sair das crises existenciais da América Latina. É também um problema cultural e político a longa tradição da decadência cultural de nossos países e a força que têm os países latinoamericanos. Os latinoamericanos quando decretam atacar o sistema, fazer uma nova revolução, mostram a força interna deste continente, onde se pode sobreviver muito mais que nos países europeus.

João Bernardo de Aguiar

Este livro é uma contribuição para a discussão política que se desenvolveu no Brasil durante o ano passado, pelo período do Conselho Federal de Cultura em dezembro de 1973, no âmbito do movimento cultural que surgiu com o objetivo de discutir a situação da cultura no Brasil, sob o patrocínio do CPT.

O livro foi publicado em 1974, com o título de "Cultura e Política", pelo Conselho Federal de Cultura, no número de 307/74.

A obra de João Bernardo de Aguiar, que se dirige à "Cultura e Política", é uma contribuição para a discussão política que se desenvolveu no Brasil durante o ano passado, pelo período do Conselho Federal de Cultura em dezembro de 1973, no âmbito do movimento cultural que surgiu com o objetivo de discutir a situação da cultura no Brasil, sob o patrocínio do CPT.

Este livro é uma contribuição para a discussão política que se desenvolveu no Brasil durante o ano passado, pelo período do Conselho Federal de Cultura em dezembro de 1973, no âmbito do movimento cultural que surgiu com o objetivo de discutir a situação da cultura no Brasil, sob o patrocínio do CPT.

A obra de João Bernardo de Aguiar, que se dirige à "Cultura e Política", é uma contribuição para a discussão política que se desenvolveu no Brasil durante o ano passado, pelo período do Conselho Federal de Cultura em dezembro de 1973, no âmbito do movimento cultural que surgiu com o objetivo de discutir a situação da cultura no Brasil, sob o patrocínio do CPT.

Este livro é uma contribuição para a discussão política que se desenvolveu no Brasil durante o ano passado, pelo período do Conselho Federal de Cultura em dezembro de 1973, no âmbito do movimento cultural que surgiu com o objetivo de discutir a situação da cultura no Brasil, sob o patrocínio do CPT.

A obra de João Bernardo de Aguiar, que se dirige à "Cultura e Política", é uma contribuição para a discussão política que se desenvolveu no Brasil durante o ano passado, pelo período do Conselho Federal de Cultura em dezembro de 1973, no âmbito do movimento cultural que surgiu com o objetivo de discutir a situação da cultura no Brasil, sob o patrocínio do CPT.

Este livro é uma contribuição para a discussão política que se desenvolveu no Brasil durante o ano passado, pelo período do Conselho Federal de Cultura em dezembro de 1973, no âmbito do movimento cultural que surgiu com o objetivo de discutir a situação da cultura no Brasil, sob o patrocínio do CPT.

**CURRÍCULO MÍNIMO DE COMUNICAÇÃO: O SONETO
E AS EMENDAS***José Marques de Melo*

Finalmente, tornou-se público o novo currículo mínimo para os cursos de Comunicação Social. Aprovado pelo plenário do Conselho Federal de Educação em outubro de 1983, o texto definitivo passou por uma revisão final do Relator, adquirindo força normativa depois de homologado pela Ministra da Educação e convertido em Resolução pelo presidente do CFE, no dia 24/1/83.

A Resolução 2/84, que substituiu a Resolução 3/78, foi publicada pelo Diário Oficial da República na edição de 30/1/84.

Além de fixar o novo currículo mínimo, que se obrigam a cumprir os cursos superiores de Comunicação Social, em todo o país, a Resolução determina outras providências no que se refere à infra-estrutura laboratorial, à qualificação dos docentes, à integralização da carga-horária e ao desdobramento das disciplinas para a elaboração do currículo pleno de cada escola.

Esperado com bastante expectativa, porque objeto de polêmicas e de lutas dos profissionais e estudiosos da área, o novo currículo mínimo pouco inova, pouco acrescenta em termos pedagógicos. Na prática, constitui uma reedição da Resolução 2/78, com ligeiras alterações formais, algumas aceitáveis, outras injustificáveis.

A esperança que muitos depositaram ingenuamente nesse novo currículo, como solução para a crise atualmente vivida pelos cursos de comunicação, certamente logo se dissipará. Pois o texto aprovado pelo CFE só contribuirá para manter as ambigüidades e os impasses vigentes.

Não resta dúvida que, do ponto de vista político, o currículo aprovado tem significação. Exatamente pela circunstância de haver sido elaborado com a participação das comunidades acadêmicas, profissional e empresarial. Pode-se negar a legitimidade das instituições que representaram a comunidade acadêmica, mas essa variável se neutralizou pela força corporativa das entidades profissionais ali presentes.

A mobilização nacional desencadeada pelo EMDECOM — Movimento em Defesa dos Cursos de Comunicação — foi responsável pela ampliação da comissão que discutia o currículo e analisava as propostas empresariais tendentes ao fechamento dos cursos.

É evidente que essa presença dos estudantes e dos sindicalistas não seria capaz, por si só, de evitar as distorções do produto final, surgido na mesa

das negociações, mas posteriormente submetido ao aval dos luminares da educação nacional. . .

Concretamente, a Resolução 2/84 mantém o ensino de comunicação com a mesma orientação anterior, englobando num único curso distintas habilitações, determinando um elenco de disciplinas obrigatórias e estabelecendo condições para a prática profissional.

O "soneto" e as "emendas" mostram-se perfeitamente sintonizados. Explico melhor: quando da aprovação do texto final pelo plenário do CFE os jornais da capital brasileira registraram manifestações de descontentamento de alguns que acompanharam de perto a proposta original. Analisando detidamente, as alterações efetuadas, percebe-se que as emendas (se reprováveis politicamente, conforme expressamos na edição anterior deste boletim) pouco modificaram o conjunto, porque se articularam com a "colcha de retalhos" que é o currículo.

Se há um aspecto que merece apoio e aplauso é a determinação relativa aos equipamentos e laboratórios. Essa havia sido inegavelmente a grande conquista da Resolução 3/78 que o novo currículo mantém e aperfeiçoa. A partir de agora, a comunidade acadêmica dispõe de um texto legal que respalda a sua luta pela melhoria da qualidade de ensino, começando pela instalação das condições infra-estruturais indispensáveis ao aprendizado prático dos processos de comunicação social. Pode-se até mesmo discordar das listas de equipamentos apresentadas pelo Parecer do CFE, mas a sua existência de legitimação (as escolas terão três anos para providenciar a aquisição e implantação) assegura condições para a cobrança dos alunos e professores.

Além disso, um outro detalhe terá efeito positivo na ordenação estrutural dos cursos de comunicação. Trata-se da exigência de que os professores das disciplinas profissionalizantes sejam também profissionais competentes, devidamente registrados na respectiva entidade que congrega a categoria. Com isso, se dará um basta na tendência sacramentada pela burocracia universitária de valorizar títulos (diplomas) e minimizar competência (conhecimento e atuação profissional).

De qualquer maneira, esses dois aspectos relevantes não se cumprirão pacificamente. Não esqueçamos que a tradição jurídica brasileira está repleta de leis que "pegam" e de dispositivos legais que "não pegam". Fazer valer as determinações sobre laboratórios e competência profissional expressas na Resolução 2/84 vai depender em grande parte da mobilização, do empenho e da disposição para a luta que venham a ter os estudantes e os professores das escolas de comunicação. Porque é muito fácil deixar as coisas como estão (na medida em que contrariam interesses enraizados, dos burocratas e dos empresários do ensino).

Do ponto de vista estritamente pedagógico, o novo currículo é pouco animador.

Não se trata, em verdade, de currículo mínimo. Mas de currículo máxi-

mo. Pelo menos 18 disciplinas são obrigatórias. O que deixa pouca margem para a criatividade de cada instituição e, para as adaptações à realidade de cada região brasileira.

As disciplinas exigidas ou recomendadas não obedecem a qualquer critério didático. Trata-se de um rol desconectado e impreciso que reflete muito mais a acomodação de diferentes interesses institucionais e pessoais do que a necessidade de definir núcleos básicos do conhecimento em cada área.

Duas das habilitações tiveram suas denominações alteradas. Por que? Ninguém sabe. A área de Rádio e Televisão passa a ser conhecida pelo neologismo *Radialismo* (será que pega?). Por sua vez, o curso de Editoração foi reduzido a uma habilitação tecnicista, chamada *Produção Editorial*. (Percebe-se, através de mudanças dessa natureza, a pouca seriedade com que são tomadas decisões educacionais, que se distanciam totalmente do conhecimento universal, acumulado em cada núcleo acadêmico.)

Persiste ambigualmente a segmentação dos cursos em ciclos básico e profissionalizante. Essa divisão tem sido responsável, em grande parte, pela deterioração dos padrões do ensino de comunicação, na medida em que cria artificialmente uma oposição entre teoria e prática, entre humanismo e tecnologia. É certo que existe a possibilidade de romper esse obstáculo. Mas como a Revolução não assume a decisão de adotar o paralelismo entre disciplinas gerais e específicas, é quase plausível que as escolas manterão a estrutura atomizada já existente, separando o tronco comum das ramificações específicas.

Espaço considerável da carga horária será destinada a Língua Portuguesa. Procura-se desta maneira resolver o problema pelos efeitos e não pela causa. Diz-se que os alunos dos cursos de comunicação não sabem se expressar correta e adequadamente no idioma nacional. Ao invés de buscar a solução, através de uma seleção criteriosa de candidatos no vestibular que manejem adequadamente a Língua Portuguesa, parte-se para a ocupação de espaço precioso na estrutura curricular com a ministração de conhecimentos pré-universitários. A distorção está em não enfrentar a questão com coragem: recusar o vestibular de cruzinhas. Com isso, cria-se um espaço de conflitos, que só beneficiará corporativamente os graduados dos cursos de Letras. . .

Mas, nem tudo está perdido. Sobram as alternativas genuinamente brasileiras. . . Dar um jeitinho. Fazer de conta. Esboçar "prá inglês ver".

A tarefa de elaboração do currículo pleno é a oportunidade que se apresenta para que os segmentos docentes e discentes empreendam uma discussão substancial sobre a crise do nosso ensino de comunicação e propugnem pelas soluções que atendam aos anseios das respectivas comunidades.

É preciso ousar, avançar, forçar a barra. Até mesmo para isso existe amparo legal. No que se refere à estrutura curricular, a Resolução 2/84 abre

a "brecha" para os remanejamentos necessários, admitindo desdobramento de disciplinas.

Em suma, o currículo novo não solucionará os problemas dos cursos de comunicação. É possível que a desesperança dos mais jovens (tão confiantes na "saída curricular"), unida à desconfiança dos menos jovens (vacinados contra as reformas de fechada) possa ensejar caminhos diferentes. Mas não tenhamos a ingenuidade de acreditar que os nossos problemas são isolados. Eles se acham inseridos na crise econômica, social e moral de todo o país.

O caminho para construir um ensino de comunicação academicamente mais ágil, cientificamente mais profundo e politicamente mais consequente, passa naturalmente pela construção da democracia no Brasil.

Há muito chão a percorrer. Mas a experiência acumulada nesses anos de incerteza, opressão e medo será útil para encontrar a saída. Vale a pena continuar a buscá-la.

ABECOM: FUNDADA A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DAS ESCOLAS DE COMUNICAÇÃO

Uma nova entidade foi criada na área de Comunicação Social. Trata-se da ABECOM — Associação Brasileira de Escolas de Comunicação — fundada, em Brasília, no dia 23 de janeiro de 1984, durante um Encontro Nacional de Escolas de Comunicação, realizado no Hotel Bristol.

O presidente eleito da ABECOM é o Prof. Erasmo de Freitas Nuzzi, diretor da mais antiga escola de comunicação do país, a Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, de São Paulo. Esclarece o Prof. Nuzzi que a idéia de criação da ABECOM não é nova: surgiu em 1981, em São Paulo, quando dirigentes de várias escolas se reuniram para fazer a defesa dos cursos de comunicação, então ameaçados de extinção, em face da campanha movida pelas grandes empresas jornalísticas do país. Desde então, diretores das escolas paulistas continuaram a se reunir e prepararam o Encontro Nacional de Brasília, que contou com a presença de representantes de 20 escolas.

Dentre as principais finalidades da ABECOM estão as seguintes: representar as escolas de comunicação perante os poderes públicos e organismos nacionais e internacionais; propor soluções para os problemas relacionados ao desenvolvimento e melhoria do ensino superior de Comunicação Social do país; estimular suas associadas a instituir programas de melhoria e aperfeiçoamento dos seus quadros docentes, assim como facilitar aos seus professores a freqüência a cursos de pós-graduação; manter intercâmbio com entidades congêneres ou afins do país e do exterior e estimular a criação de programas de mútua cooperação entre as escolas de comunicação social do Brasil e de outras nações.

Pretende também a ABECOM organizar e participar de congressos, seminários, ciclos de estudos e outros eventos, nacionais e internacionais, da área. Da mesma forma dispõe-se a cooperar com as associações científicas e profissionais já existentes no país: UCBC, INTERCOM, ABEPEC, ABI, bem assim com as federações e sindicatos das áreas de Jornalismo, Relações Públicas, Propaganda e outras.

A ABECOM nasce fortalecida pela adesão de 1/3 das escolas de comunicação de todo o país, caracterizando-se como entidade pluralística que reúne organizações de diferentes matizes. Participaram da sua fundação: *escolas estatais* — Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Municipal de Taubaté e Universidade Federal de Alagoas; *escolas confessionais* — PUCs do Rio de Janeiro e de Campinas e Instituto Metodista de Ensino Superior, de São Bernardo do Campo; *escolas mantidas por fundações* — Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero (SP), Fundação Educacional de Bauru, Fundação Armando Álvares Penteado; e *escolas mantidas por instituições privadas* — Faculdades Anhembí, Objetivo, Alcântara Machado, Escola Superior de Propaganda, de São Paulo, UNAERP, de Ribeirão Preto, CEUB, de Brasília, Faculdades Augusto Mota, do Rio de Janeiro, Instituto Newton de Paiva, de Belo Horizonte, e Faculdades Tiradentes, de Aracaju, Sergipe.

Não obstante, a ABECOM ainda não tem um perfil institucional definido. A proposta original de Estatuto foi calcada na idéia de uma associação que reuniria os diretores das escolas. Mas durante os debates, em Brasília, colocou-se a conveniência de ampliar a representatividade das instituições associadas, incluindo não apenas os diretores, mas também representantes eleitos pelo corpo docente. Acabou prevalecendo a segunda alternativa na redação do Estatuto aprovado. Contudo, o texto deixa margem a ambigüidades, pois a presença de representantes do corpo docente fica "a critério" não se sabe bem se de cada instituição, se do seu diretor.

Esse detalhe será importante para a legitimação e o crescimento da ABECOM. Se a próxima Assembléia Geral, marcada para a segunda quinzena de março, em São Paulo, não der força para a presença compulsória de representantes da direção e do corpo docente de cada escola, a ABECOM poderá se enfraquecer. Pois, para defender os interesses meramente institucionais já existem entidades como o CRUB e as associações e federações de estabelecimentos de ensino.

O espaço a ser ocupado pela ABECOM é o da valorização, melhoria e legitimação acadêmica da Comunicação Social enquanto área do ensino superior no Brasil. E essa tarefa só poderá ser realizada se houver uma confluência dos interesses dos dirigentes universitários e das respectivas comunidades docentes.

Um indício positivo é o fato de que na reunião de Brasília algumas escolas fundadoras da ABECOM já tomaram a iniciativa de enviar dois repre-

sentantes — o diretor e um delegado dos professores. Aceitou-se ali a tese de que cada instituição filiada poderá ter dois votos, seguindo aquela distinção. Espera-se que tal orientação seja ratificada e reforçada no Encontro de São Paulo.

A ABECOM tem sua sede provisória no Edifício da Fundação Cásper Líbero, ocupando uma das salas da sua Faculdade de Comunicação Social, na avenida Paulista, 900 — 5º andar, em São Paulo.

FELAFACS: BALANÇO DO PRIMEIRO BIÊNIO

O BOLETIM FELAFACS nº 6, correspondente ao último bimestre de 1983, editado pela Federação Latinoamericana de Associações de Faculdades de Comunicação Social, traz um interessante balanço do primeiro biênio da entidade. Trata-se de uma reflexão crítica feita pelo Secretário Executivo da Federação, Walter Neira, que expõe algumas perplexidades e inquietações em face dos rumos da entidade.

Inicialmente recebida pela comunidade acadêmica da América Latina com um certo ceticismo, por ter surgido não das bases nacionais, mas de articulações internacionais de cúpula, a FELAFACS ainda não conquistou a legitimidade necessária para se afigurar como representativa das escolas de comunicação de todo o continente.

É verdade que os dirigentes da organização, principalmente o seu presidente, Joaquim Sanchez, e o próprio secretário-executivo, Walter Neira, vem desenvolvendo um trabalho de recuperação da legitimidade que não nasceu com a FELAFACS. O ponto positivo da federação vem sendo a promoção de seminários e eventos científicos marcados pelo bom nível acadêmico e pela tentativa de oferecer espaço à participação de grupos que possuem distintas orientações teóricas.

As considerações tornadas públicas por Neira no Boletim nº 6 constituem um indicador de que existe um esforço real para corrigir as distorções iniciais. A principal preocupação é a de fazer com que a FELAFACS não se converta num "clube fechado" de diretores de faculdades, mas busque "mecanismos que façam possível a presença de um número muito significativo de professores dentro das tarefas da Federação". Outra tarefa considerada prioritária é a dinamização do intercâmbio de idéias, de modo crítico e criativo, entre as associações filiadas, ensejando uma ação coletiva que evite o desperdício de recursos e a duplicação de esforços.

Outra questão tocada de leve, mas não suficientemente aprofundada, é a da representatividade das associações nacionais que integram a FELAFACS desde a sua fundação ou se incorporaram posteriormente. Neira refere-se aos participantes inativos, que se limitam a corresponder aos "convites oficiais subvencionados pela FELAFACS". Mas não discute a legitimidade de muitos dos representantes das chamadas "associações nacionais suma-

mente ativas". Para tanto, seria necessário discernir entre essência e aparência, perceber a defasagem entre o discurso e a prática. . .

Torna-se claro que os dirigentes da FELAFACS souberam retirar dos incidentes de Florianópolis lições ponderadas, evitando atitudes triunfalistas, reconhecendo a dificuldade mas dispondo-se a preservar a convivência entre instituições de diferentes naturezas, sugerindo o cruzamento de retórica e ação. Definição importante: a compreensão de que o desenvolvimento da Comunicação Social na América Latina só tem sentido se ligada com as necessidades e os direitos dos setores populares.

Analisando especificamente a experiência do Encontro de Florianópolis, parece que a direção a ser seguida pela FELAFACS nos futuros eventos privilegiará a especificidade do espaço acadêmico dos seus participantes, sem que isso signifique que os pesquisadores e os sindicalistas não possam travar diálogo com os docentes e dirigentes educacionais. Em outras palavras: "Trata-se simplesmente de reconhecer que se se organiza um Encontro de Escolas, a participação principal tem que estar reservada às Escolas, devendo e podendo dar aos outros profissionais participação complementar".

A avaliação dessa e de outras questões (inclusive a coincidência do encontro latino-americano com o congresso brasileiro) ensejou a seguinte observação do Boletim da FELAFACS: "Essas questões geraram logicamente um certo mal-estar entre os delegados latino-americanos e também entre os participantes brasileiros. Tudo isso impediu um Encontro mais rico dos companheiros latino-americanos, como ocorreu nos três encontros anteriores e deixou uma sensação de preocupação que é honesto reconhecer".

Constatações francas e abertas como esta, num clima de auto-crítica e de reconhecimento público é o caminho acertado para que a FELAFACS possa conquistar a legitimidade de que necessita para dar uma contribuição mais vigorosa ao ensino de comunicação no continente.

Reconhecemos que o saldo do biênio é positivo. Muito resta por fazer. E prosseguindo nessa trilha anti-triunfalista, auto-crítica, buscando corrigir distorções e sanar equívocos, a FELAFACS poderá ter o reconhecimento e o vigor pelo qual está lutando.

**NOVO CURRÍCULO DE COMUNICAÇÃO: TEXTO INTEGRAL
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº 002 / de 24 de JANEIRO de 1984

Fixa o Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social, e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Parecer nº 480, aprovado em 6 de outubro de 1983, e homologado pela Senhora Ministra da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º — A formação de profissionais para as atividades de Comunicação Social será feita em curso de graduação, com as seguintes habilitações:

- a) Jornalismo
- b) Relações Públicas
- c) Publicidade e Propaganda
- d) Produção Editorial
- e) Radialismo (Rádio e TV)
- f) Cinema

Parágrafo único. Aos graduados será conferido o grau de Bacharel em Comunicação Social, indicando-se a habilitação.

Art. 2º — O currículo do curso de Comunicação Social é constituído por um tronco comum, por uma parte de matérias ou disciplinas diversificadas, em função das habilitações por projetos experimentais.

§ 1º — As matérias ou disciplinas técnico-profissionais que integram a parte diversificada corresponderão a 50% da carga horária total, excetuada a carga horária de Projetos Experimentais.

§ 2º — As matérias ou disciplinas do tronco comum poderão distribuir-se ao longo do curso paralelamente àquelas de formação específica, ou concentrar-se nos dois primeiros semestres.

§ 3º — A escolha da habilitação far-se-á no ato da inscrição no vestibular, ou da matrícula, ou até o início do terceiro semestre do curso.

Art. 3º — O currículo mínimo do curso de Comunicação Social compreende as seguintes partes:

I – TRONCO COMUM

– MATÉRIAS OU DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Filosofia; Sociologia (Geral e da Comunicação); Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Realidade Sócio Econômica e Política Brasileira; Teoria da Comunicação; Comunicação Comparada.

– MATÉRIAS OU DISCIPLINAS ELETIVAS

Respeitada a proporção fixada no art. 6º, § 2º, além das disciplinas decorrentes da especificação das matérias ou disciplinas obrigatórias, deverá haver o acréscimo de outras, três das quais, pelo menos, tiradas da relação seguinte: Lógica; Psicologia; Língua Estrangeira; Economia; Geografia Econômica; Realidade Sócio-Econômica e Política Regional; Teoria Geral de Sistemas; Teoria Política; Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação; Comunicação Comunitária; Planejamento em Comunicação; Política de Comunicação; Sistemas Internacionais de Comunicação; Comunicação; Cultura Brasileira; História da Arte; Antropologia Cultural; História do Brasil; Estética e Cultura de Massa.

II – PARTE ESPECÍFICA – MATÉRIAS OU DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Fotojornalismo; Planejamento Gráfico em Jornalismo; Radiojornalismo; Telejornalismo; Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística; Preparação e Revisão de Originais, Provas e Videotextos; Edição; Legislação e Ética em Jornalismo.

HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Técnicas de Relações Públicas; Teoria e Pesquisa; Técnica de Opinião Pública; Técnicas de Comunicação Dirigida; Administração e Assessoria de Relações Públicas; Planejamento de Relações Públicas; Legislação e Ética de Relações Públicas.

HABILITAÇÃO EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Língua Portuguesa – Redação Publicitária; Planejamento de Campanha; Produção Publicitária em Rádio, Televisão e Cinema; Produção Gráfica; Administração em Publicidade e Propaganda; Estatística; Mercadologia; Mídia; Ética e Legislação Publicitária.

HABILITAÇÃO EM PRODUÇÃO EDITORIAL

Língua Portuguesa – Redação; Editoração; Fotografia; Indústria Editorial; Técnicas de Documentação na Indústria Editorial; Mercadologia; Comunicação Visual; Cálculo de Custos; Matérias-Primas; Legislação e Ética da Indústria Editorial.

HABILITAÇÃO EM RADIALISMO (RÁDIO E TV)

Língua Portuguesa – Redação. Comentários e Narração em Rádio e em TV; Fotografia e Iluminação; Técnica de Produção e Interpretação para Rádio; Técnica de Produção, Interpretação e Seleção de Imagens para Televisão; Direção de Programas; Organização de Produção; Mercadologia; Tecnologia em Rádio e TV; Elementos de Linguagem Musical; Legislação e Ética do Radialismo.

HABILITAÇÃO EM CINEMA

Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Argumento e Roteiro; Direção do Filme; Organização de Produção; Fotografia e Iluminação; Som do Filme; Edição Cinematográfica; História do Cinema; Cinema Brasileiro; Análise do Filme; Legislação e Ética do Cinema.

III – PROJETOS EXPERIMENTAIS

Os Projetos Experimentais compreenderão a produção, no último semestre do curso, de trabalho relacionado com a habilitação específica, em forma de monografia, fita gravada de som e imagem ou de som, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração, ou planejamento de programas de Relações Públicas – sempre realizados nos laboratórios da própria escola.

Art. 4º – A matéria Redação e Expressão Oral em Língua Portuguesa será ministrada obrigatoriamente nos três primeiros períodos (semestres) do curso, com ênfase na produção de textos no idioma nacional.

§ 1º – A partir do 4º período do curso e até o seu final, excluído o semestre dedicado a Projetos Experimentais, haverá sempre disciplina específica de Redação em Língua Portuguesa, ministrada com ênfase na produção de textos relacionados à habilitação.

§ 2º – A exigência de Redação-Laboratório prevista no parágrafo anterior não se aplica à habilitação em Cinema.

Art. 5º – As matérias ou disciplinas obrigatórias de parte específica serão ministradas por professor registrado como profissional na respectiva habilitação específica, sempre que a lei exigir este registro.

Parágrafo único. Tais professores devem comprovar experiência profissional de, no mínimo, três anos na área, além das exigências acadêmicas.

Art. 6º – Os cursos de Comunicação Social, a serem ministrados num período de 4 (quatro) a 7 (sete) anos, deverão ter uma carga horária mínima de 2.700 horas aula, incluídas as 270 horas de atividades de projetos experimentais e excluído o tempo reservado a Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física.

§ 1º – Ao efetuar o desdobramento das matérias do currículo mínimo em disciplinas, para elaboração do currículo pleno, os estabelecimentos de

nópolis, Brasil, em outubro de 1983, o Padre Joaquin Sanchez, SJ foi reeleito para um novo mandato como presidente daquela entidade. Juntamente com Sánchez foi reeleito o Secretário-executivo, Walter Neira.

Joaquin Sánchez é o atual diretor acadêmico da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Javeriana, de Bogotá, na Colômbia, instituição que possui uma posição de realce no conjunto das escolas de comunicação do continente. Um dos aspectos importantes daquela faculdade é a produção acadêmica dos seus graduados (em nível de bacharelado). Trata-se de trabalhos que dimensionam significativas facetas dos problemas nacionais e internacionais de comunicação. Um inventário daquela produção vem sendo mantido em dia, o que possibilita o acesso dos usuários. Outro indicador da atividade intelectual da Javeriana é a revista *Signo y Pensamiento*, já em sua terceira edição, que reúne colaborações de grande interesse para os pesquisadores da área.

A reeleição de Sánchez é sem dúvida, um reconhecimento do valor acadêmico da instituição que dirige, significando ademais a ratificação da linha de trabalho que vem imprimindo na condução da própria FELAFACS.

MARQUES DE MELO CONQUISTA LIVRE DOCÊNCIA NA USP

O Professor José Marques de Melo, ex-presidente da INTERCOM e atual chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo completou a sua titulação acadêmica com a conquista do grau de Livre Docente.

Pela sistemática de titulação vigente na Universidade de São Paulo, a mais antiga universidade brasileira, que completa agora 50 anos, existem quatro graus universitários: Bacharelado, Mestrado, Doutorado e Livre Docência. Este último grau representa a incorporação de traço peculiar à tradição universitária européia, principalmente alemã, que a USP herdou da influência dos seus professores fundadores. Trata-se de um grau reservado apenas àqueles que se dedicam à docência universitária e conquistado mediante concurso público intrado por 5 provas: didática, prática, intelectual, acadêmica e científica. As principais são porém, as provas acadêmica (avaliação da produção acadêmica do candidato, nos últimos anos do trabalho universitário) e científica (defesa de tese inédita e original).

O concurso foi realizado no mês de dezembro de 1983, com duração de uma semana, terminando com a defesa pública da tese — *Gêneros Opinativos no Jornalismo Brasileiro*.

O Prof. Marques de Melo foi julgado por uma banca composta dos seguintes membros: Prof. Dr. Eduardo Peñuela Canizal (presidente), Prof. Dr. João Alexandre Barbosa, Prof. Dr. Rolando Morel Pinto, Profa. Dra. Sara Chucid da Viá e Jornalista Alberto Dines, tendo sido aprovado com distinção. A última prova teve a duração de sete horas, período durante o

qual o Prof. Marques de Melo debateu com os examinadores as questões levantadas a respeito da sua pesquisa e do seu referencial teórico.

A conquista da Livre Docência representa o coroamento da formação acadêmica do Prof. Dr. José Marques de Melo, que vem atuando com destaque no panorama universitário brasileiro, merecendo o respeito e a consideração de toda a comunidade universitária nacional. Recorde-se que o Professor Marques de Melo foi o primeiro diretor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, cargo do qual foi afastado durante a fase negra da ditadura militar e ao qual retornou, depois da anistia política, pela votação direta da comunidade — professores, alunos e funcionários. Além do seu trabalho na ECA-USP, o Prof. Marques de Melo acumula o cargo de Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior, do qual foi o fundador e responsável pela sua excelente cotação acadêmica. Tendo exercido a presidência da INTERCOM desde a sua fundação — 1977-1983 — permanece integrando a nova diretoria presidida pela Profa. Dra. Anamaria Fadul, exercendo o cargo de Diretor Científico.

ILET TRANSFERE PARA O CHILE AS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO

A descentralização do ILET — Instituto Latinoamericano de Estudos Transacionais, ocorrida em fins de 1982 e começo de 1983, significou a concentração das atividades ligadas à área de Comunicação e Cultura no Chile. Mantendo agora três escritórios regionais — México, Santiago e Buenos Aires — o ILET passa a ter uma presença efetivamente mais latino-americana.

O ILET do Chile vem sendo dirigido por Fernando Reyes Matta, que voltou a fixar residência em Santiago. Além do programa de pesquisas e de seminários sobre comunicação alternativa, aquele escritório regional do ILET vem também dinamizando o trabalho da ALTERCOM, uma agência informativa que difunde material alternativo para a imprensa não-hegemônica de todo o continente.

A sede do ILET no Chile está instalada na rua Callao 3461 — Los Andes, em Santiago. O endereço postal é o seguinte: Casilla 16637 — Santiago e os telefones são: 482421 e 2314387.

IPAL EDITA TEXTOS DE COMUNICAÇÃO POPULAR

O IPAL — Instituto para a América Latina —, através do seu Centro de Estudos de Cultura Transnacional, dirigido por Rafael Roncagliolo, inicia a edição de uma série intitulada "Materiais para a Comunicação Popular".

A aparição das edições será trimestral, podendo ser obtidas mediante assinatura (US\$ 30 — trinta dólares).

Integram a primeira edição o documento final do Seminário sobre Igreja e Publicidade, que o IPAL organizou em Lima (Peru) em agosto de 1983, além de artigos de Nestor Garcia Canclini e de Rosa María Alfaro. Completa a edição: notícias, informações bibliográficas e registro de eventos.

CIESPAL COMEMORA 25, ANOS, PROMOVEDO CONCURSO

O CIESPAL — Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina — sediado em Quito, Equador, decidiu comemorar os seus 25 anos de atividades com a realização de um Concurso Latino-Americano do Livro de Comunicação.

A iniciativa visa estimular a produção de livros, por autores latino-americanos, no sentido de obter contribuições para o campo didático e para melhor conhecimento de duas áreas específicas: comunicação alternativa e análise de mensagens.

Poderão concorrer cidadãos latino-americanos e espanhóis, bem como de outras nacionalidades residentes hoje na América Latina. As inscrições se encerram no dia 31 de julho, devendo cada livro ter uma extensão variável entre 350 e 400 páginas, datilografadas em espaço duplo, tendo uma média de 300 palavras por página.

O julgamento será feito por um Juri Internacional e a entrega dos prêmios será feita no dia 14 de outubro, em Quito, Equador, durante a Sessão Comemorativa do 25º aniversário do CIESPAL. O prêmio, em cada categoria, corresponde a uma remuneração em dinheiro, no valor de três mil dólares, e à publicação do livro na coleção INTYLAN, editada pelo próprio CIESPAL.

Maiores informações sobre o concurso podem ser obtidas no CIESPAL — Casilla 584 — Quito, Equador.

UCLAP COMEMORA 25 ANOS REALIZANDO CONGRESSO

A União Católica Latinoamericana de Imprensa — UCLAP — vai comemorar o seu 25º aniversário, realizando um congresso latino-americano na cidade onde foi fundada — Lima (Peru). O evento está marcado para a última semana de abril, em La Molina, tendo como tema central: Comunicação, um direito de todos.

A UCLAP foi fundada em 1959 por um grupo de jornalistas católicos que se reuniu em Lima. Sua sede executiva funcionou durante muito tempo em Montevideo (Uruguai), transferindo-se depois para La Paz e atualmente está localizada em Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.

Presidida inicialmente pela jornalista peruana Matilde Perez Palacios, a entidade que reúne os jornalistas católicos da América Latina já teve como presidente um jornalista brasileiro, Luiz Beltrão, que ocupou o cargo no fim da década de 60. O atual presidente da UCLAP é o frei Clarencio Neotti, franciscano brasileiro, que dirige há vários anos a Revista de Cultura Vozes.

Pretende o frei Clarencio comemorar os 25 anos da UCLAP fortalecendo a nova orientação que a União assumiu no último quinquênio ao alinhar-se com a corrente progressista da Igreja Católica e defender uma ação comunicacional comprometida com as maiorias despossuídas da América Latina. O tema do congresso dos 25 anos procura resgatar o direito à comunicação e à informação daqueles que não tem voz e tampouco possuem acesso à contemporaneidade.

O posicionamento da UCLAP por uma nova ordem mundial e regional da comunicação, esboçou-se no Congresso realizado em 1981 em Belo Horizonte, Brasil, fortaleceu-se no seminário promovido em Cumbayá, Equador, em 1982 e sedimentou-se na participação desenvolvida no XII Congresso da UCIP — União Católica Internacional de Imprensa — ocorrido em 1983, em Dublin, na Irlanda. O papel de liderança que o Terceiro Mundo ocupou no congresso de Dublin deveu-se em grande parte ao empenho e à atuação habilidosa do frei Clarencio Neotti, presidente da UCLAP.

do Diretor no cargo e reivindicando que qualquer substituição se fizesse através de eleições diretas.

O Conselho Curador do IMS, constituído por pastores e por leigos pertencentes à 3ª Região Eclesiástica (São Paulo), em reunião secreta realizada na semana do Natal decidiu afastar o Diretor e nomear imediatamente um substituto. Para o cargo, foi designado o Prof. Dr. Joel Camacho, que ocupava até então a função de coordenador do Mestrado em Administração e lecionava Pesquisa Mercadológica na Faculdade de Comunicação Social.

A Congregação da Faculdade protestou perante o Conselho Curador, mas o ato de demissão foi mantido. Por sua vez, os alunos iniciaram um movimento de repúdio ao diretor nomeado, prometendo novas manifestações para o início do ano letivo em fevereiro.

O Prof. Dr. Onésimo de Oliveira Cardoso permanece, contudo, vinculado ao IMS, dedicando-se exclusivamente a atividades docentes e de pesquisa no Mestrado em Comunicação Social.

PROFESSORA DE JORNALISMO DEDITADA NO MARANHÃO

A Professora Vera Lucia de Oliveira Salles foi demitida no final de dezembro pelo Reitor Antonio Cabral, da Universidade Federal do Maranhão, da função docente que desempenhava há mais de dois anos junto ao Departamento de Comunicação Social. A Professora Vera Salles é Bacharel e Mestre em Jornalismo pela ECA-USP, tendo se destacado no campo profissional como especialista em Jornalismo Científico, estimulada em grande parte pelo Prof. José Reis. Sua dissertação de mestrado constitui uma contribuição para resgatar a memória do Jornalismo Científico no Brasil, através da análise da atuação de um dos seus pioneiros, João Ribeiro. Na UFMA, a Professora Salles de Oliveira vinha atuando como coordenadora do jornal-laboratório SÃO LUIS e como animadora de outros projetos experimentais, cuja orientação não agradava ao Reitor e ao seu grupo político (vinculado ao PDS local). Em razão disso, a professora começou a ser perseguida pelo Reitor, que a ameaçou de demissão. Na sua defesa, a professora justificou a natureza laboratorial dos projetos realizados, que pela própria essência do Jornalismo implicavam em preservar a liberdade de expressão dos participantes. Para evitar a demissão, a comunidade local se movimentou, intercedendo junto ao Reitor, a quem também se dirigiu o presidente da SBPC, Prof. Clodowaldo Pavan. Nada porém adiantou. Como homenagem à professora arbitrária e injustamente demitida, os concluintes de 1983 a escolheram como paraninfa da turma. No seu discurso de agradecimento, na solenidade de formatura, a Professora Salles de Oliveira denunciou o clima de pressões e de coações que sofrera durante a sua permanência no Departamento de Comunicação Social da UFMA.

O caso da professora de Jornalismo não é, contudo, exceção na UFMA. A APRUMA, associação dos docentes daquela universidade, lançou um

manifesto "Por uma Universidade Democrática", denunciando o clima de arbítrio e de intolerância que vem caracterizando o final da gestão Antonio Cabral naquela Reitoria, entre os quais — reeducação da carga horária de docentes não sintonizados com a linha política do Reitor; desativação de projetos de pesquisa dotados de relevância social; recisão e suspensão de contratos de trabalho de docentes competentes, quase sempre bem-quistos pelos alunos; inquéritos administrativos contra os docentes mais combativos; medidas restritivas contra funcionários e estudantes.

UNB: NOVO DOUTOR EM COMUNICAÇÃO

O chefe do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, Prof. Sergio Dayrell Porto, concluiu em dezembro seu programa de doutoramento no Canadá, defendendo a tese apresentada anteriormente e fazendo jus ao grau respectivo. A tese foi defendida na Universidade McGill e constitui um estudo sócio-cultural de facetas da obra de Guimarães Rosa. Sergio Porto é autor do livro *Opulência das Geraes* (Cortez Editora), uma análise da campanha de lançamento da Fiat em Minas Gerais.

ECA-USP: CONCURSOS PARA LIVRE DOCÊNCIA

A Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo realizou, no último bimestre de 1983, concursos de Livre Docência, titulando cinco dos seus docentes, que concluem assim sua formação acadêmica. O título de Livre Docente já foi extinto da sistemática universitária da rede federal de ensino superior, mas continua conservada na estrutura das universidades estaduais paulistas. Os novos Livre-Docentes da ECA-USP são: Sabato Magaldi (Teatro), Virgilio Noya Pinto (História da Comunicação), José Marques de Melo (Jornalismo), Francisco Gaudencio Torquato do Rego (Jornalismo) e Ciro Juvenal Marcondes Filho (Jornalismo). Desses concursos, surgem contribuições significativas para o estudo da comunicação no Brasil, através das teses defendidas pelos professores titulados.

ENCONTRO DE ÓRGÃOS LABORATORIAIS DE JORNALISMO

Está prevista para o mês de abril a realização do I Encontro Nacional de Órgãos Laboratoriais dos Cursos de Jornalismo — I ENOL-CJ. O evento vai ocorrer no Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, em São Paulo, nos dias 16, 17 e 18 de abril. Deverão participar professores e alunos engajados nos trabalhos experimentais dos Cursos de Jornalismo de todo o país. Entre os itens propostos para a agenda do Encontro está a

aplicação dos dispositivos do novo Currículo Mínimo que se referem à infraestrutura laboratorial e aos projetos experimentais.

PUCAMP TEM NOVO DIRETOR NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO

O Prof. Oswaldo de Assis é o novo diretor do Instituto de Artes e Comunicações da PUC de Campinas. Eleito pela comunidade acadêmica no segundo semestre de 1983, o Prof. Assis sucede no cargo a Prof^a Regina Márcia Moura Tavares, responsável pela dinamização das atividades docentes e de extensão cultural daquele Instituto e pela projeção da área de Comunicação Social da PUCAMP em nível nacional. Uma das iniciativas da administração anterior foi a edição da revista *Comunicarte*, que atingiu dois números, publicando trabalhos importantes para a reflexão das relações entre Arte e Comunicação na sociedade brasileira.

UNIMEP VAI SEDIAR CONGRESSO DA UCBC

A Universidade Metodista de Piracicaba vai sediar o XIII Congresso da UCBC, em novembro deste ano, tendo como tema central — Igreja, Estado e Comunicação na América Latina. O evento está sendo estruturado pelo Prof. Dermi Azevedo, coordenador do Curso de Comunicação Social daquela universidade.

UFAL CRIA ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

O Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas criou uma Assessoria de Relações Públicas que pretende oferecer serviços às empresas e órgãos públicos do Estado de Alagoas. O novo órgão se destina a funcionar como laboratório para os alunos e professores do Curso de Relações Públicas.

INTERCOM/84 DEBATERÁ MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL

O VII Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação que a INTERCOM realizará em São Paulo, em setembro, vai ser dedicado ao debate das relações entre os Meios de Comunicação, o Estado e a Sociedade Civil. A abordagem do tema privilegiará a situação brasileira, não descartando todavia as comparações e correlações com a problemática dos MCM em outros países.

Um grupo de trabalho integrado pelos sócios José Marques de Melo, Carlos Eduardo Lins da Silva, Laurindo Leal Filho e J. S. Faro está trabalhando na preparação de um texto-base que servirá de ponto de referência para a contribuição dos demais participantes. A intenção dos organizadores do Ciclo Intercom/84 é fazer um diagnóstico do desenvolvimento dos Meios de Comunicação no país, detectando os momentos de tensão/articulação com o Estado e a Sociedade Civil, na tentativa de pensar padrões de estruturação da atividade comunicativa que a transformem em efetivo serviço público, fiscalizado pelo Estado e orientado pela Sociedade Civil, rompendo com os padrões vigentes de mercantilização e instrumentação política manipulados pela burguesia ou pelos tecnocratas.

O VII Ciclo da Intercom será realizado na cidade de São Paulo como um dos eventos comemorativos dos 50 anos da Universidade de São Paulo. A presidente Anamaria Fadul está mantendo contactos e entendimentos com os órgãos financiadores, buscando os recursos necessários para a concretização do evento.

EDIÇÕES DA INTERCOM: LANÇAMENTOS

No segundo semestre de 1983, a INTERCOM fez o lançamento de 3 livros e dois cadernos. Dois livros foram publicados pela Cortez Editora — *A Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas* e *Teoria e Pesquisa em Comunicação: panorama latino-americano*, ambos coordenados por José Marques de Melo. O terceiro foi lançado pela Edições Paulinas — *Temas Básicos em Comunicação*, coordenado por Roberto Queiroz.

As duas edições dos CADERNOS INTERCOM, lançadas pela Cortez Editora, foram dedicadas aos temas *Carnaval Brasileiro* e *História e Comunicação*.

Os interessados em adquirir essas edições deverão solicitar à INTERCOM — Caixa Postal 20793, cep: 01498 — São Paulo — SP.

Para o primeiro semestre de 1984 estão previstos os seguintes lançamentos editoriais da INTERCOM:

1) *Novas Tecnologias de Comunicação* — volume reunindo as contribuições apresentadas ao Ciclo Intercom/83.

2) *A questão do obsceno* — volume coordenado pela professora Jerusa Pires Ferreira, reunindo os textos debatidos no seminário sobre o obsceno na cultura popular, realizado em agosto de 1983.

3) *Bibliografia Brasileira de Comunicação* nº 5, volume coordenado pela bibliotecária Maria Christina da Silva Souza, contendo o inventário da produção bibliográfica relativa ao ano de 1982.

4) *Rádio no Brasil* — coletânea de artigos que comporão o CADERNO INTERCOM nº 7, escritos por sócios e pesquisadores convidados.

INTERCOM APÓIA CAMPANHA PELAS DIRETAS

A presidente Anamaria Fadul encaminhou telegrama aos dirigentes do Comitê Nacional pela realização de eleições diretas para a Presidência da República, incluindo a INTERCOM entre as dezenas de sociedades científicas e associações profissionais que se incorporaram ao movimento.

No texto do telegrama diz a Dra. Fadul que reflete o anseio de mais de 300 pesquisadores da comunicação, de todo o país, solidários com a tese de democratização da sociedade brasileira, que desagua necessariamente na restauração das eleições diretas em todos os níveis e para todos os cargos públicos.

INTERCOM MERECE DESTAQUE DA FELAFACS

Na avaliação do último biênio das atividades realizadas pela FELAFACS — Federação Latinoamericana de Faculdades de Comunicação Social — o secretário-executivo Walter Neira (Boletim Felafacs nº 6) destaca a INTERCOM entre as instituições com que foi iniciada “uma frutífera relação” e com as quais se pretende “consolidar uma relação mais significativa”. A convite da FELAFACS, a INTERCOM se fez representar nos dois seminários internacionais promovidos em Lima, em 1982 e em 1983, através da atual presidente Anamaria Fadul. Representada pelo vice-presidente Laurindo Leal Filho, a INTERCOM participou do Encontro de Escolas que a FELAFACS promoveu em Florianópolis, em outubro de 1983.

INVENTÁRIO DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: LEVANTAMENTO CONCLUÍDO

Está concluído o levantamento sobre a pesquisa em comunicação no Brasil, que o Prof. José Marques de Melo, diretor científico da INTERCOM realizou, sob o patrocínio da CIID — Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, e da ALAIC — Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.

O inventário localizou mais de 1.300 documentos que reconstituem a trajetória da pesquisa em comunicação no Brasil durante cem anos: 1883-1983.

Para a consecução desse esforço de levantamento bibliográfico, seleção de documentos, indexação de conteúdos, o Prof. Marques de Melo contou com a colaboração de três jovens pesquisadores: Ines Pereira da Luz, Livia Alvares Pedreira e Marcos Morel.

A edição desse inventário será publicada em Lima, Peru, por intermédio do DESCO, instituição que vem centralizando a divulgação dos resultados desse programa de levantamento bibliográfico patrocinado pelo CIID. O DESCO publicou anteriormente as edições referente ao Peru e ao Chile, encontrando-se no prelo as edições relativas ao Brasil, Colômbia e Argentina.

SECRETÁRIO DA INTERCOM REASSUME SUAS FUNÇÕES

O Secretário-Geral da INTERCOM, Prof. Carlos Eduardo Lins da Silva, retornou ao país, depois de uma viagem de férias por vários países da Europa, reassumindo suas funções na diretoria da Sociedade.

Carlos Eduardo esteve licenciado da diretoria da INTERCOM durante o último trimestre de 1983, período em que se dedicou integralmente à redação final da tese de doutoramento que apresentou à Universidade de São Paulo.

Tendo como título MUITO ALÉM DO JARDIM BOTÂNICO, a tese de Carlos Eduardo é o resultado de uma pesquisa-ação que desenvolveu em duas comunidades trabalhadoras do Rio Grande do Norte e de São Paulo sobre a recepção do “Jornal Nacional” da TV Globo. A defesa está prevista para o início de março de 1984.

TESOURARIA: PAGAMENTO DA ANUIDADE DE 1984

O Tesoureiro Luis Fernando Santoro já enviou circular aos sócios, solicitando o pagamento da anuidade relativa a 1984, fixada em Cr\$ 15.000,00. A remessa deve ser feita em cheque nominal à INTERCOM, de qualquer praça do país.

Para o primeiro semestre de 1984 estão previstos os seguintes lançamentos editoriais da INTERCOM:

1) *Novas Tecnologias de Comunicação* — volume reunindo as contribuições apresentadas ao Ciclo Intercom/83.

2) *A questão do obsceno* — volume coordenado pela professora Jerusa Pires Ferreira, reunindo os textos debatidos no seminário sobre o obsceno na cultura popular, realizado em agosto de 1983.

3) *Bibliografia Brasileira de Comunicação* nº 5, volume coordenado pela bibliotecária Maria Christina da Silva Souza, contendo o inventário da produção bibliográfica relativa ao ano de 1982.

4) *Rádio no Brasil* — coletânea de artigos que compõem o CADERNO INTERCOM nº 7, escritos por sócios e pesquisadores convidados.

INTERCOM APÓIA CAMPANHA PELAS DIRETAS

A presidente Anamaria Fadul encaminhou telegrama aos dirigentes do Comitê Nacional pela realização de eleições diretas para a Presidência da República, incluindo a INTERCOM entre as dezenas de sociedades científicas e associações profissionais que se incorporaram ao movimento.

No texto do telegrama diz a Dra. Fadul que reflete o anseio de mais de 300 pesquisadores da comunicação, de todo o país, solidários com a tese de democratização da sociedade brasileira, que desagua necessariamente na restauração das eleições diretas em todos os níveis e para todos os cargos públicos.

INTERCOM MERECE DESTAQUE DA FELAFACS

Na avaliação do último biênio das atividades realizadas pela FELAFACS — Federação Latinoamericana de Faculdades de Comunicação Social — o secretário-executivo Walter Neira (Boletim Felafacs nº 6) destaca a INTERCOM entre as instituições com que foi iniciada "uma frutífera relação" e com as quais se pretende "consolidar uma relação mais significativa". A convite da FELAFACS, a INTERCOM se fez representar nos dois seminários internacionais promovidos em Lima, em 1982 e em 1983, através da atual presidente Anamaria Fadul. Representada pelo vice-presidente Laurindo Leal Filho, a INTERCOM participou do Encontro de Escolas que a FELAFACS promoveu em Florianópolis, em outubro de 1983.

INVENTÁRIO DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: LEVANTAMENTO CONCLUÍDO

Está concluído o levantamento sobre a pesquisa em comunicação no Brasil, que o Prof. José Marques de Melo, diretor científico da INTERCOM realizou, sob o patrocínio da CIID — Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, e da ALAIC — Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.

O inventário localizou mais de 1.300 documentos que reconstituem a trajetória da pesquisa em comunicação no Brasil durante cem anos: 1883-1983.

Para a consecução desse esforço de levantamento bibliográfico, seleção de documentos, indexação de conteúdos, o Prof. Marques de Melo contou com a colaboração de três jovens pesquisadores: Ines Pereira da Luz, Livia Alvares Pedreira e Marcos Morel.

A edição desse inventário será publicada em Lima, Peru, por intermédio do DESCO, instituição que vem centralizando a divulgação dos resultados desse programa de levantamento bibliográfico patrocinado pelo CIID. O DESCO publicou anteriormente as edições referente ao Peru e ao Chile, encontrando-se no prelo as edições relativas ao Brasil, Colômbia e Argentina.

SECRETÁRIO DA INTERCOM REASSUME SUAS FUNÇÕES

O Secretário-Geral da INTERCOM, Prof. Carlos Eduardo Lins da Silva, retornou ao país, depois de uma viagem de férias por vários países da Europa, reassumindo suas funções na diretoria da Sociedade.

Carlos Eduardo esteve licenciado da diretoria da INTERCOM durante o último trimestre de 1983, período em que se dedicou integralmente à redação final da tese de doutoramento que apresentou à Universidade de São Paulo.

Tendo como título MUITO ALÉM DO JARDIM BOTÂNICO, a tese de Carlos Eduardo é o resultado de uma pesquisa-ação que desenvolveu em duas comunidades trabalhadoras do Rio Grande do Norte e de São Paulo sobre a recepção do "Jornal Nacional" da TV Globo. A defesa está prevista para o início de março de 1984.

TESOURARIA: PAGAMENTO DA ANUIDADE DE 1984

O Tesoureiro Luis Fernando Santoro já enviou circular aos sócios, solicitando o pagamento da anuidade relativa a 1984, fixada em Cr\$ 15.000,00. A remessa deve ser feita em cheque nominal à INTERCOM, de qualquer praça do país.

LIGIA AVERBUCK: UMA GRANDE AUSÊNCIA

Faleceu em Porto Alegre, no início de janeiro, a sócia Ligia Averbuck. Trata-se de uma perda irreparável para a vida universitária brasileira e de uma grande ausência para o seu grupo de amigos e admiradores. Professora de Teoria Literária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ligia Averbuck teve, nos últimos anos, uma atuação profissional e intelectual na fronteira entre a Literatura e a Comunicação Social. Como diretora do Instituto Estadual do Livro, em Porto Alegre, na década de 70, realizou um trabalho da maior expressão cultural, não só através de edições de boa qualidade, mas também através da promoção de encontros e seminários que levaram a Porto Alegre figuras de destaque da cultura brasileira. Foi um trabalho sério, arrojado e sobretudo corajoso, pois Ligia teve que enfrentar (e naturalmente sofreu as conseqüências) o obscurantismo cultural vigente no período mais negro da ditadura militar. Realizou com brilhantismo o seu mestrado em Teoria Literária na URS e vinha se dedicando, em 1983, ao doutoramento na USP, sob a orientação de João Alexandre Barbosa. Duas grandes preocupações intelectuais de Ligia: a questão da leitura (que debateu e estudou com entusiasmo nas reuniões promovidas pela Associação de Leitura do Brasil, em Campinas) e a transposição das obras literárias para a televisão (área que liderou nos grupos de estudos e nos ciclos anuais da INTERCOM, em São Paulo). Pouco antes da sua morte, Ligia havia entregue à Editora Nobel uma coletânea sobre *A literatura e os novos mídia*, que organizou com prazer e meticulosidade.

Ligia Averbuck vai fazer muita falta à vida cultural brasileira neste momento de transformações. Ela sempre foi uma trabalhadora intelectual responsável por seus deveres profissionais e universitários e por sua conduta como cidadã politicamente comprometida com a construção do amanhã. Mas foi acima de tudo um ser humano maravilhoso: amiga, dócil, despojada, confiante, solidária. Partilhar a amizade de Ligia Averbuck foi um privilégio daqueles que cruzaram seus caminhos.

A INTERCOM se beneficiou grandemente da sua colaboração nos últimos tempos. Sempre presente nos eventos públicos e sempre ativa nas atividades basilares. Sua participação neste Boletim foi marcante e estimuladora.

A dor da ausência de Ligia é profunda. Todavia seus amigos possuem um lenitivo: a lembrança do seu *exemplo* como mulher, como intelectual como cidadã, como ser humano.

PUBLICAÇÕES INTERCOM

LIVROS:

- Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação* (1979)
Co-edição Cortez Editora/Moraes
- Comunicação e Classes Subalternas* (1980)
Co-edição Cortez Editora
- Populismo e Comunicação* (1981)
Co-edição Cortez Editora
- Comunicação, Hegemonia e Contra-informação* (1982)
Co-edição Cortez Editora
- Jornalismo Científico e Dependência: o caso brasileiro* (1982)
Co-edição CNPQ
- Temas Básicos em Comunicação* (1983)
Co-edição Editora Paulinas
- Pesquisa em Comunicação no Brasil* (1983)
Co-edição Cortez Editora/CNPQ
- Teoria e Pesquisa em Comunicação: Panorama Latinoamericano* (1983) — Co-edição Cortez Editora/CIID
- A Questão do Obsceno* (1984)
Co-edição HUCITEC/FAPESP

CADERNOS INTERCOM

(trimestral — Co-edição Cortez Editora)

- Nº 1 — Jornalismo Popular
- Nº 2 — Televisão, Poder e Classes Trabalhadoras
- Nº 3 — Comunicação Latino-americana: reforma—revolução
- Nº 4 — Novas Tecnologias de Comunicação e Educação:
usos e abusos
- Nº 5 — Carnaval Brasileiro: comunicação de massas ou
folkcomunicação
- Nº 6 — História e Comunicação: desafios à pesquisa
- Nº 7 — Rádio e Cultura no Brasil (no prelo)

PUBLICAÇÕES INTERCOM (cont.)

BOLETIM INTERCOM (bimestral)

Veículo de informação e análise dos problemas emergentes da Comunicação, no Brasil e no mundo, privilegiando a interpretação política e desvendando as tramas ideológicas.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO (anual)

Inventário da produção bibliográfica nacional sobre os diferentes aspectos da comunicação de massa e da cultura popular.

QUEM É QUEM NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO (bienal)

Obra que traça um perfil da pesquisa em comunicação no Brasil a partir dos seus pesquisadores.

PEDIDOS PARA:

INTERCOM

Endereço para Correspondência:
Caixa Postal 20793 – Cep: 01498 – São Paulo – SP – Brasil

Sede:
Rua Dr. Nicolau de Souza Queiróz, 478
Cep: 04105 – São Paulo, SP – Brasil

Só uma empresa que divide problemas pode multiplicar soluções.



justiça



prefeituras



transporte



escolas



indústria



atacado
varejo
distribuição



agricultura
pecuária



bancos
financeiras



cartórios



engenharia



consórcios



usinas



controle de
processos



hospitais
laboratórios



hotéis



jockey
club

Fazer do problema de informática das empresas brasileiras seu próprio problema transformou a SISCO numa empresa diferente das demais.

Dedicada a seus clientes, grandes ou pequenos, a SISCO optou por soluções completas e adequadas.

Esta filosofia de atuação, aplicada nos mais variados segmentos do mercado, conferiu à SISCO confiabilidade e experiência na busca de soluções e novos desafios.

Esta é a grande diferença entre empresas que apenas vendem máquinas e a SISCO Sistemas e Computadores.

Antes de qualquer decisão, fale com a SISCO.



SISTEMAS E COMPUTADORES S.A.

São Paulo: Rua Afonso Celso, 227
Vila Mariana - CEP 04119 - São Paulo
SP - Telex (011) 32570 SISO BR - Fone
(011) 544-2925

Belo Horizonte: Fone (031) 225-5977
Brasília: Fone (061) 225-9546
Campinas: Fone (0192) 52-4765
Curitiba: Fone (041) 234-0495
Porto Alegre: Fone (0512) 22-9089
Recife: Fone (081) 222-3576
Ribeirão Preto: Fone (016) 636-8449
Rio de Janeiro: Fone (021) 286-1644

A
ABICOMP
— Associação Brasileira
das Indústrias de Computadores
e Periféricos, entidade que reúne as
indústrias nacionais do setor de Informática,
está à disposição dos leitores do Boletim da Intercom,
para fornecer informações detalhadas sobre a indústria e
sobre a política nacional de Informática.

Favor solicitar para D. Ídea Orcades
Rua São José, Grupo 1805
Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (021) 224-0198

INTERCOM/84

ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E MEIOS DE
COMUNICAÇÃO NO BRASIL

VII Ciclo de Estudos Interdisciplinares de Comunicação

Local: São Paulo
Data: 3 a 7 de setembro de 1984

Comissão organizadora do temário:
José Marques de Melo
Carlos Eduardo Lins da Silva
Laurindo Leal Filho
J. S. Faro

Informações e inscrições:
INTERCOM
Caixa Postal 20793
01498 — São Paulo — SP
Brasil